

aproveite p. maxime
com 5 chilenos e
5 juri fup de volu

26.2.2016

A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DE

26 DE NOVEMBRO

ANO DE 2015

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	9
ORDEM DO DIA	18
PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....	18
PONTO 2 – LICENCIAMENTO DE UNIDADE INDUSTRIAL – RUA DA CARREIRA, N.º 38 - ARRIFES	20
PONTO 3 – DELIMITAÇÃO DE UNIDADE DE EXECUÇÃO – RUA CARDEAL HUMBERTO DE MEDEIROS - ARRIFES.....	21
PONTO 4 – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 2016”.....	22
PONTO 5 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – 128 M ² – RUA DO MARANHÃO – FREGUESIA DE CAPELAS	22
PONTO 6 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA DE 1.843,33 M ² – CANADA DO CARRAPICHO - FREGUESIA DE SÃO PEDRO. 23	
PONTO 7 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA DE 860 M ² – SÃO GONÇALO - FREGUESIA DE SÃO PEDRO.....	24
PONTO 8 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	24
PONTO 9 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL.....	25
PONTO 10 A PONTO 15 – DISCUSSÃO.....	26
PONTO 10 - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2016.....	37
PONTO 11 – DERRAMA PARA 2016	39



PONTO 12 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2017	39
PONTO 13 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2016	40
PONTO 14 - ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA 2016.....	40
PONTO 15 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	41
PONTO 16 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA.....	43
PONTO 17 - CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE ECO-ILHAS – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA	44
ARTIGO 46.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO	45
ANEXOS.....	48



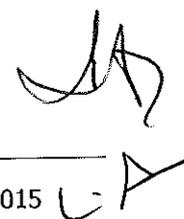
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rêgo Costa, tendo Alexandra Vitória Falcão Viveiros como primeira secretária e Maria da Conceição Vieira Purificação Brasil como segunda secretária, por ausência de Aníbal Duarte Raposo, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 16 de novembro.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara e Nuno Miguel de Andrade Miranda. As Senhoras Vereadoras Maria da Graça Câmara Batista e Maria Helena Botelho de Viveiros Batista não estiveram presentes, facto que comunicaram antecipadamente.

O Senhor Presidente da Mesa endereçou cumprimentos a todos os presentes e declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Em seguida, a 1ª secretária efetuou a chamada e procedeu à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Faltas justificadas: Pedro Miguel Medeiros de Moura (Presidente da Junta de Freguesia de São Roque).



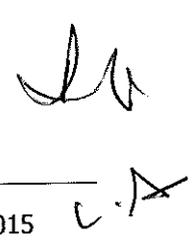
Faltas injustificadas: Dora Cristina Ribeiro Cadete Rodrigues (PS); Analisa Maia Furtado Lima (PS); Steven Macedo Barbosa (PS); Laudalina Paula Linhares Rodrigues (PS); Eusébio Paulo Ferreira Massa (Presidente da Junta de Freguesia dos Arrifes); Nelson Manuel Borges Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Santo António); Cidália Maria Guido Pavão (Presidente da Junta de Freguesia de Sete Cidades).

Substituições: Nuno Albergaria Pacheco substituiu Noé Venceslau Pereira Rodrigues (PS); Maria Helena Tavares Chaves Costa substituiu Luís Maurício Mendonça Santos (PSD); Maria de Deus Costa substituiu Aníbal Duarte Raposo (PS); Cassilda Lopes Simas substituiu Ricardo Manuel Viveiros Cabral (PS); João Manuel Raposo Barbosa substituiu Jorge Manuel de Almada Macedo (PSD).

Ficou, assim, confirmada pela 1ª secretária da Mesa da Assembleia, a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

Nuno Albergaria Pacheco	PS
Maria Helena Tavares Chaves Costa	PSD
Maria de Deus Costa	PS
Maria da Conceição Costa Arruda	PSD
António José Pissarra Canotilho	PSD
Alexandra Vitória Falcão Viveiros	PSD
Cassilda Lopes Simas	PS
Ricardo Alberto Madruga da Costa	PSD
Maria das Mercês Vasconcelos Pacheco	PS
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Maria da Conceição Vieira Purificação Brasil	PS
Carolina Ponte Bastos	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Francisco José Guedes	PSD
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD

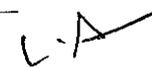


António Manuel Raposo Lima	BE
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Maria Teresa de Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS
Lisa Ventura Garcia	PS

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

Bruno Alexandre Machado Correia	Ajuda da Bretanha	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PSD
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
José Manuel Resendes Leal	São Pedro	PSD
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Rosa Maria da Silva Gomes	S. Vicente Ferreira	PSD

Após ter sido feita a chamada e a respetiva contagem das presenças, e por se ter verificado quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos

trabalhos, informando a Assembleia de que estava disponível para consulta de eventuais interessados o expediente recebido desde a última sessão, bem como documentação diversa de carácter informativo. Destacou, do expediente que se encontrava disponível para consulta, um documento subscrito pelos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de São Sebastião, São José, São Pedro e Santa Clara, relativo ao serviço de transporte coletivo regular de passageiros em Ponta Delgada, que leu, para melhor conhecimento dos presentes, e que figurará como anexo à presente Ata, dela fazendo parte integrante.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou, em seguida, a ata da sessão ordinária de 30 de setembro à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, e os votos favoráveis dos restantes membros da Assembleia,

Antes de declarar aberto o período para a abordagem dos assuntos de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia comunicou que, por lhe ter sido pedido, iria colocar à consideração e à votação, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do regimento da Assembleia Municipal aprovado na reunião ordinária de 30 de junho de 2014, que a Ata correspondente aos pontos 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 15 e 17 da Ordem do Dia fosse aprovada em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem eficácia imediata. Colocado este pedido à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, que a Ata correspondente aos seguintes pontos fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos:

- **PONTO 5** – Afetação ao domínio público municipal – 128 m² – Rua do Maranhão – Freguesia de Capelas;
- **PONTO 6** – Afetação ao domínio público municipal da área de 1.843,33 m² – Canada do Carrapicho - Freguesia de São Pedro;
- **PONTO 7** – Afetação ao domínio público municipal da área de 860 m² – São Gonçalo - Freguesia de São Pedro;

- **PONTO 10** – IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – 2016;
- **PONTO 11** – Derrama – 2016;
- **PONTO 12** – Participação variável do IRS pretendida para o ano de 2017;
- **PONTO 13** – Atualização das Taxas Municipais para 2016;
- **PONTO 15** – Documentos Previsionais 2016-2019 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados;
- **PONTO 17** – Concurso Público para a aquisição e montagem de eco-ilhas – reprogramação financeira – autorização prévia.

Informou igualmente que os pontos 10 a 15 seriam apreciados e discutidos conjuntamente, apesar de serem votados em separado, dado versarem todos eles sobre temas relacionados com a organização e planeamento dos orçamentos. No caso do ponto 15, relativo aos documentos previsionais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, informou que a votação seria realizada em duas fases: primeiro sobre os documentos previsionais da Câmara Municipal e depois sobre os documentos previsionais dos SMAS. Informou também que os pontos 8 e 9 seriam objeto de votação nominal em urna.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

O 1º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Francisco José Guedes, foi um voto de louvor a Rui Guilherme Pacheco, que cessou funções como Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Gilberto Araújo Rodrigues, foi um voto de louvor ao jovem Ricardo Silveira Cabral, por lhe ter sido atribuído o prémio IBM. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Jorge Miguel Oliveira, foi um voto de pesar pelo falecimento de Marco Silva, advogado e vogal do Conselho de Deontologia dos Açores da Ordem dos Advogados. O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado André Carvalho, associou-se a este reconhecimento, expresso no voto de pesar. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi igualmente um voto de congratulação ao jovem Ricardo Silveira Cabral por lhe ter sido atribuído o prémio IBM. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Lisa Ventura Garcia, foi um voto de congratulação à EBI dos Arrifes pela concretização do projeto "A Hora do Código". Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Sérgio Ávila, foi um voto de saudação pela atribuição do Prémio Ciência Viva 2015 ao Doutor Armindo Rodrigues, autor e coordenador da rúbrica *UACiência*, sendo o mesmo extensível à Dr.ª Ana Melo bem como ao jornal Açoriano Oriental e à Rádio Comercial dos Açores /TSF. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

Por verificar que não estava ainda esgotado o tempo previsto no regimento para a apresentação e debate de assuntos não incluídos na Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu aos interessados o período de inscrições para esse fim. Intervieram neste período, para além do Senhor presidente da Câmara, as Senhoras Deputadas Carolina Bastos (PSD) e Maria das Mercês Pacheco (PS), e os Senhores Deputados António Lima (BE), André Carvalho (PS), Hélder Borges (PS) e Ricardo Madruga da Costa (PSD).

Começou por intervir o Senhor Deputado António Lima para solicitar esclarecimentos relativamente a algumas notícias vindas recentemente a público sobre o novo Ajuste Direto para o Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros de Ponta Delgada, as quais davam conta de alguma polémica existente entre a Câmara de Ponta Delgada e a Secretaria Regional de Transportes, e que informavam, inclusive, que se irá partir para um novo ajuste direto. Perguntou qual a razão para se ter optado por um novo ajuste direto e não por um concurso público, até porque, segundo advogou, o interesse público ficou sempre em segundo lugar em três ajustes diretos sucessivos. Perguntou ainda se existem planos para este serviço, que negociações tem havido com o Governo Regional e que propostas foram já apresentadas.

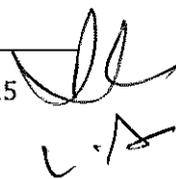
Em seguida, o Senhor Deputado André Carvalho, relativamente a notícias recentes sobre o estado da empresa municipal Azores Parque, manifestou preocupação pelos indicadores aí divulgados e que apontavam para a sua iminente insolvência, como é o caso da existência de uma dívida de 9 ou 10 milhões de euros. Acrescentou que estas notícias não são novas, tendo inclusive já sido deixados diversos alertas na Assembleia Municipal e no executivo camarário pela vereação Socialista, e lamentou o facto das respostas as estes alertas se limitarem muitas vezes à crítica de que são exagerados. Apesar de reconhecer que tem havido disponibilidade por parte do executivo camarário para analisar a situação do Setor Empresarial Local do Município (SEL), defende que é o momento de passar da intenção para um efetivo debate de clarificação e para uma análise objetiva da situação real e concreta. De entre as várias questões que considera oportuno discutir, destacou: o risco que esta situação implica para a saúde financeira do Município; qual o limite de endividamento que o Município consegue assumir com eventuais internalizações a que venha a ser obrigado; quais as medidas em carteira para se evitar esta tão iminente insolvência, no caso da Azores Parque. Na sua perspetiva, não é suficiente haver promessas de solução, como é o caso da venda de terrenos para a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada: é tempo do Município ter uma conversa clara e aberta sobre qual o verdadeiro estado do SEL e qual o verdadeiro risco para o futuro do município e dos munícipes.

Na intervenção seguinte, a Senhora Deputada Carolina Bastos começou por transmitir o elogio da parte do Grupo Municipal do PSD ao executivo camarário por ter definido a solidariedade social como uma prioridade da sua estratégia. Enalteceu as iniciativas levadas a cabo pelo Gabinete de Apoio ao Desporto, com destaque para a caminhada para assinalar o Dia da Prevenção do cancro da mama, e para a II edição da Gala do Desporto no Coliseu Micaelense. A primeira, com uma participação de mais de 400 pessoas, e que permitiu arrecadar a verba de 1.620 euros entregues à delegação de São Miguel da Liga contra o Cancro; e a segunda, com a arrecadação de uma verba de 1.026 euros, a serem entregues à Associação Seara de Trigo. Estendeu o seu enaltecimento a todas as iniciativas solidárias deste executivo,

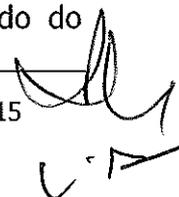
focalizando a sua importância no facto de nelas se associar o bem-estar físico ao bem-estar social.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu em seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o primeiro conjunto de intervenções no debate de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Câmara começou por endereçar uma saudação especial a todos na época natalícia que se aproxima. Saudou também a presença do novo Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, o Dr. José Leal, com a expressão de votos de boas boas-vindas. Associou-se, ainda, à homenagem do poder municipal, já aqui manifestada, ao seu antecessor no cargo, o Sr. Rui Pacheco. Antes ainda de se pronunciar sobre as intervenções precedentes, quis fazer uma referência à recomendação dos Presidentes de Junta de São José, São Sebastião e São Pedro e Santa Clara, relativamente às alterações ao modelo de Transporte Coletivo Regular Passageiros em Ponta Delgada por eles propostas, designadamente a criação de um *Minibus Expresso*. Afirmou que acolhe as ideias apresentadas com sentimento político e de gestão, dada até a importância e a oportunidade de uma solução para o problema específico da mobilidade urbana. Apesar de haver já um evidente aperfeiçoamento relativamente ao anterior perfil, com destaque para a previsibilidade e regularidade no cumprimento dos horários, o encurtamento do tempo das viagens e, em consequência, o aumento do número de viagens e a maior rotação em cada uma das três linhas existentes, e de ter sido possível alcançar um acréscimo de utentes e uma diminuição do tempo de espera, a recomendação apresentada aponta para a redefinição dos circuitos existentes, pelo que será ponderada em eventual futuro ajuste direto essa possibilidade.

Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado António Lima, disse que entregará com todo o gosto aquela que foi a comunicação mediática relativa à citada polémica e que, sublinhou, denotou desconhecimento dos factos por parte do Senhor Secretário Regional, não fazendo portanto sentido, pelo que se tornou necessário colocar os pontos nos ii. Dispôs-se no entanto a clarificar, quanto ao atraso referido pela Senhora Vereadora num esclarecimento sobre a continuidade da prestação do serviço, que tal se deve à existência de uma consulta visando uma integração dos

Handwritten signature and initials, likely of the President of the Municipal Assembly, located at the bottom right of the page.

transportes urbanos com interurbanos. Ainda como esclarecimento relativamente à citada polémica, referiu que houve sempre, por parte da Câmara, uma atitude de diálogo e de concertação. Disse ainda que foi ao procurar redefinir o perfil do serviço dos *Minibuses* em Ponta Delgada que a Câmara teve conhecimento que no âmbito do Programa Integrado de Transportes a promover pelo Governo havia um especialista da Região que poderia ser colaborador da autarquia para uma integração entre os transportes urbanos e interurbanos. E foi essa a aposta que foi feita, tendo havido um diálogo com o Senhor Secretário Regional para explicar o que estava em causa, num processo que fora conduzido, na prática, com o antigo Diretor Regional dos Transportes, Dr. Quintanilha. Nesse sentido, prosseguiu, era importante haver uma comunicação escrita ao Governo Regional, até por recomendação do consultor, o que foi feito, tendo o Governo Regional, em resposta, manifestado uma posição favorável, mas prevendo ser necessário um mínimo de seis meses para a definição do referido modelo. Sobre esta matéria, tal como já tinha referido, mostrou-se disponível para entregar a documentação ao Senhor Deputado para melhor conhecimento dos factos. Adiantou que o que se pretende é privilegiar uma política de apoio ao passageiro, nomeadamente através da emissão de passes, e não a necessidade de contratação junto das empresas prestadoras de serviços. Referiu-se à possibilidade de haver uma interligação com a rede interurbana, com o mesmo passe e com interligação nas paragens, o que considerou representar vantagens inegáveis. Era essa, frisou, a pretensão da Câmara apresentada ao Governo Regional. Uma solução que serviria igualmente para efeitos de concessão às empresas de transporte, contemplando a extensão da concessão a uma zona citadina, e deixando de haver necessidade de ajustes diretos mas apenas a autorização de circulação. Em agosto, prosseguiu, dada a ausência de resposta, foi enviada uma nova carta ao Senhor Secretário – a 4 de agosto - a pedir esclarecimentos. Mas na resposta, datada de 9 de outubro, dizia-se que estava tudo por resolver e que não havia condições para o acordo, ao mesmo tempo que, coincidentemente, o Senhor Diretor Regional dos Transportes se demitia. Por essa razão, declina qualquer responsabilidade nos atrasos. Perante esta situação, ou se interrompia o serviço ou fazia-se o que foi feito: um novo ajuste direto com um prazo curto visando a solução do concurso público internacional, dependendo do



valor e do prazo. Refutou a suspeição que se depreende da interpelação do Senhor Deputado e anunciou que irá também ser feita a avaliação do estado de arte do novo perfil introduzido, e da atual situação, embora apenas ao nível da autarquia – dada a inexistência de colaboração do Governo Regional – e em conformidade com o interesse público. Quanto ao processo do contencioso com a UTC, sublinhou que está encerrado e que não tem relação com este assunto. Respondendo ao Senhor Deputado André Carvalho, registou com apreço o reconhecimento de que da sua parte nunca houve problema em assumir a discussão dos problemas do SEL, e embora recuse que se atribua à autarquia a causa dos problemas, aceita a responsabilidade do Município no esforço a fazer para a sua resolução dentro do atual quadro legal e com todos os condicionamentos que esse enquadramento implica. Deu como exemplo a solução encontrada para a extinção da Ponta Delgada Social, com a salvaguarda dos empregos. As restantes, por serem ainda sustentáveis, num prazo em que era ainda possível, conjuntamente, promover uma estratégia de não endividamento ou da sua redução, a opção não foi essa. No entanto, se houvesse necessidade de um processo imediato de internalização, isso teria obviamente um impacto na consolidação das contas. As contas são conhecidas, frisou, o que se confirma, inclusive, por via do relatório do Tribunal de Contas, ou do parecer do ROC. A informação não é, portanto, sonogada. Em relação à situação da empresa municipal Azores Parque, em concreto, disponibilizou-se a entregar um resumo histórico sobre a estrutura da empresa e da sua evolução que foi enviado em resposta a um pedido de informação do Magnífico Reitor da Universidade dos Açores sobre o modelo societário da empresa. A situação é conhecida, defendeu, logo, não percebe as dúvidas levantadas. Dispôs-se, ainda assim, a entregar aos grupos parlamentares essa documentação, o que fez de imediato. Fazendo uma breve síntese do documento, deu conta das diferenças em relação à empresa Ponta Delgada Social: neste caso [Azores Parque], existe capital social exterior à autarquia. O problema, salientou, é que não há negócio, e isso tem que ver com a economia. Da parte da autarquia, assegurou estarem a ser cumpridos todos os deveres financeiros, dentro da Lei. O problema real é o endividamento e tal será tido em conta, concluiu.



Em resposta à Senhora Deputada Carolina Bastos, agradeceu as referências às boas práticas refletidas nas atividades desenvolvidas, as quais devem ser endossadas, na sua opinião, aos parceiros no sucesso das iniciativas, nomeadamente aos funcionários e a todos os participantes. Sublinhou a importância do impulso cívico, e afirmou que estas iniciativas o promovem.

Em seguida, a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco pediu a palavra para fazer um pedido de esclarecimentos sobre o cenário que levou à ameaça de demissão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião devido às demoras na criação do regulamento destinado aos espaços noturnos no centro histórico de Ponta Delgada.

O Senhor Deputado Hélder Borges pronunciou-se em seguida sobre a problemática dos *Minibuses* já anteriormente abordada. Como foi referido, assinalou, o serviço interurbano é da responsabilidade do Governo Regional, mas o serviço urbano é da responsabilidade do Município. Defende, por isso, que deve estar previsto no caderno de encargos e ser colocado à participação dos munícipes. Chamou ainda a atenção para a necessidade de recolocação dos abrigos das paragens após a reorganização dos circuitos, o que ainda não foi feito, induzindo os utentes em erro, e perguntou se e para quando está prevista essa intervenção.

Fez novamente uso da palavra o Senhor Deputado António Lima para esclarecer que o Bloco de Esquerda não tem nada contra a articulação urbano/interurbano nem a sua intenção é levantar suspeitas: limitou-se a levantar factos, por terem sido abertos ajustes diretos quando, a bem da transparência, os concursos públicos deveriam ter sido acautelados com antecedência. Lembrou igualmente que havia conhecimento prévio da demora no Plano Integrado de Transportes, pelo que deveria ter havido logo concurso público.

Na intervenção seguinte, o Senhor Deputado André Carvalho retomou o tema do SEL, afirmando que não está nem nunca esteve em causa a disponibilidade do Município para fornecer informação. O que tem que ser feito, insistiu, é um real e efetivo debate para discutir como salvar, se não as empresas municipais, ao menos

os postos de trabalho. Advogou ainda que houve já tempo suficiente para se criar um plano de ressalva, dado o facto de se tratar de empresas problemáticas, independentemente dos condicionamentos causados pelas alterações legais.

O Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa, na intervenção seguinte, começou por apelar a uma maior responsabilidade de rigor com a terminologia usada. O Código da Contratação Pública existe para assegurar que no Estado há um conjunto de coisas que se fazem com equidade e transparência, sublinhou, dando o exemplo do ajuste direto, que é um instrumento legal no quadro de uma lei feita para assegurar a transparência nos negócios do estado. Por esse facto, não deve ser olhado com desconfiança, sobretudo por quem foi mandatado para ter responsabilidades públicas, frisou, sob pena de quem o fizer perder o direito à confiança dos eleitores. Deu uma nota de saudação à Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, por ter reconhecido e concluído que há dificuldades que fazem parte do diálogo, como as demoras, saudando igualmente, mas também incentivando o Senhor Presidente da Câmara a persistir no diálogo, na tolerância e na abertura, independentemente dessas mesmas demoras. A concluir, afirmou que todos estão aqui em nome de um objetivo comum, com a única diferença do caminho que se defende para o desenvolvimento e o progresso e felicidade das pessoas. Por isso é importante que se assuma um tom mais sugestivo e menos opositivo. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Hélder Borges, salientou que as preocupações são sempre bem-vindas mas que há coisas que se devem dizer em tom de crítica e outras em tom de sugestão, e aproveitou para lembrar que os indicadores relativos à atividade e utilização dos *Minibuses* estão disponíveis, e só não os entende quem não quer.

Pedi a palavra Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco para fazer uso do seu direito de defesa de honra, a propósito da referência feita pelo Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa a supostas conclusões suas, contestando essa referência por não reconhecer ao Senhor Deputado meios para lhe atribuir conclusões que não conhece.

Handwritten signature and initials, possibly 'LA', in the bottom right corner of the page.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra novamente para se pronunciar sobre as questões suscitadas no conjunto das intervenções precedentes. Em resposta à Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, esclareceu que a autarquia se viu confrontada com um novo regime que veio liberalizar os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, levando a uma perda de competências. Esta situação veio dar resposta a uma reclamação já antiga dos empresários no sentido de poderem dispor de mais tempo de atividade, e que agora se regozijam com a alteração legislativa. Mas se antes os empresários reivindicavam os horários livres agora são os moradores quem reclama, prosseguiu. No entanto, mesmo dentro do novo quadro legal, há a possibilidade para se agir, de forma casuística e comprovada, para atenuar os riscos. Isto porque há duas situações distintas: o que se passa no interior dos estabelecimentos e o vandalismo no exterior. Está, assim, a ser definido um perímetro para ser elaborado um regulamento de restrição que permita conciliar os vários interesses nesta matéria.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia e deu ao início do debate e votação dos assuntos inscritos na Agenda de Trabalhos e constantes da convocatória de 16 de novembro.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA

Fazendo uma breve introdução ao primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara começou por comunicar que iria reduzir ao máximo a sua intervenção, quer no âmbito da atividade camarária quer no âmbito da situação financeira, uma vez que ambos os relatórios foram previamente distribuídos, mas sem se coibir de fazer uma apresentação, ainda que não exaustiva, de alguns pontos que considerava essenciais.

Quis distinguir, deste modo, na vertente financeira, os seguintes aspetos:

- A evolução do endividamento bancário de Médio Longo Prazo, em que se registava, em 2012, uma dívida de 25.390.183,92 euros, em 2013, 23.587.001,13 euros, ou uma variação homóloga de -7%, em 2014, 20.533.757,95 euros, ou menos 13%, e em 2015 (até outubro), 18.929.583,96 euros, -8%, relativamente ao ano transato. Destacou a estratégia e o perfil da gestão autárquica, visíveis na redução do nível de endividamento, cujos resultados estão à vista. Assumiu, face a estes resultados, que a autarquia está a cumprir a sua missão, estabelecendo uma relação solidária entre gerações ao aliviar os encargos para gerações vindouras.

- A dívida bancária do SEL do Município de Ponta Delgada. Para uma dívida, em 2012 de 29.920.795,63 euros, em 2013 registava-se o montante de 29.188.716,87 euros, ou menos 2%, em 2014, 28.226.779,08 euros, ou menos 3%, em termos homólogos, e em 2015 (até outubro), 28.571.309,88 euros, ou mais 1%. Esclareceu que, em matéria de dívida bancária, a consolidação se fará apenas em caso de extinção ou de internalização de qualquer das empresas, e que essa possibilidade requer um estudo económico dos efeitos dos processos de compra ou aceitação face às exigências do atual quadro legal.



O total da dívida consolidada, que reúne o endividamento bancário da Câmara de Ponta Delgada e as empresas do SEL, ascendia, em 2012, a 55.310.979,55 euros, reduzindo, em 2013 para 52.775.718 euros, ou - 5%, em 2014, 48.760.537,03 euros, ou -8% e, finalmente, em 2015, até outubro chegou aos 47.500.893, 84 euros, o que significa uma redução de 3% face ao ano anterior.

Lembrou ainda que para além de garantir o cumprimento integral e atempado do serviço da dívida, a opção da Câmara Municipal foi fazer uma amortização extraordinária, em 2014, de 1.817.558,44 euros. Face a esses números, e perante uma eventual assunção de toda a dívida do SEL, seria possível ponderar a possibilidade de integração, em virtude de mesmo nessas circunstâncias ficarmos aquém do limite da dívida face ao quadro legal, salientou. Comentou igualmente que se não tivesse havido a prudência que se verificou, muitas das propostas hoje aqui discutidas estariam confinadas às determinações do Ministério das Finanças, que em regra exige taxas máximas. Face a estes dados, teríamos inclusive, dentro dos limites previstos na Lei, uma margem disponível para aumento de dívida na ordem de 4.519.152,65 euros. No entanto, a opção de gestão da autarquia foi não aumentar o endividamento. Por considerar que este é o ponto essencial da apresentação da atividade camarária, constando tudo o resto da documentação distribuída, sinalizou ao Senhor Presidente da Mesa esse entendimento, terminando assim a sua intervenção no âmbito do primeiro ponto da Ordem do Dia.

A concluir as intervenções sobre este ponto o Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu a palavra para fazer a confirmação de que foi dada informação suficiente quanto aos dados financeiros, destacando que desde 2012 houve uma redução no endividamento de um total de 55 milhões, para 47 milhões em 2015, considerando os valores consolidados. Relevou a transparência de todos os elementos em análise, defendendo que esta deveria ser uma prática normal e não uma raridade. A concluir a sua intervenção, louvou o facto de terem sido providenciados os dados com este grau de transparência.



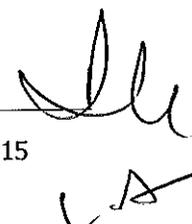
PONTO 2 – LICENCIAMENTO DE UNIDADE INDUSTRIAL – RUA DA CARREIRA, N.º 38 - ARRIFES

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 22127/2015, da Câmara Municipal, de 4 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para a aprovação, a declaração de reconhecimento de interesse municipal da empresa Queijaria de São Miguel, requerida por esta empresa para efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Pedi para intervir sobre este assunto o Senhor Deputado André Carvalho, para pedir esclarecimentos quanto ao resultado que se pretende com este ponto da Ordem do Dia, em virtude de não ser a primeira vez que, face aos condicionamentos do PDM, se tem que submeter um assunto à Assembleia Municipal para a remoção de um obstáculo jurídico que permita a estas empresas expandir o seu negócio e ser uma mais-valia para a economia. Seria talvez oportuno, advogou, que se começasse a pensar numa revisão do PDM para fazer face a este tipo de situações.

Fez em seguida uso da palavra o Senhor Presidente da Junta da Candelária, para sinalizar que este é um assunto importante, dando o exemplo do que se passa na freguesia da Candelária com o problema da empresa Quintal dos Açores. Defendeu, nesse sentido, a importância de uma solução para Ponta Delgada e para esta empresa em particular, dada a relevância da mesma para a freguesia da Candelária, sobretudo pelos empregos que assegura.

O Senhor Deputado António Lima manifestou a concordância do Bloco de Esquerda com o que foi dito, mas uma vez que se trata de uma solução legal, no caso concreto, e pelo interesse municipal do projeto de investimento, deveria ter sido entregue mais informação para a Assembleia Municipal ter melhores condições para ajuizar sobre a matéria. Na ausência de informação mais concreta, o sentido de voto do Bloco de Esquerda será provavelmente a abstenção, sem que isso signifique que seja contrário a esta solução.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

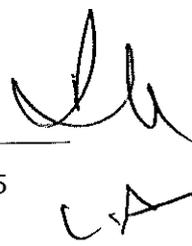
O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para esclarecer que o PDM constitui um instrumento que visa a estabilidade e a defesa da integridade territorial, encontrando-se, no caso de Ponta Delgada, em fase final de revisão. Torna-se, assim, necessário, ponderar e avaliar casos particulares, com poder discricionário. Quanto à preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Junta da Candelária, realçou que há duas soluções possíveis: 1) a concentração num parque industrial 2) o desenvolvimento de um tipo de indústria conciliável com zonas de residência, sem prejudicar as populações. Não deve no entanto esquecer-se o objetivo estratégico de concentração de atividade empresarial num parque industrial na vertente comercial associada, concluiu.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a declaração de reconhecimento de interesse municipal da empresa Queijaria de São Miguel.

PONTO 3 – DELIMITAÇÃO DE UNIDADE DE EXECUÇÃO – RUA CARDEAL HUMBERTO DE MEDEIROS - ARRIFES

Em cumprimento da deliberação camarária de 30 de setembro de 2015, foi presente o Ofício 19796/2015, da Câmara Municipal, de 9 de outubro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do art.º 90 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o pedido de delimitação de uma unidade de execução, sita na Rua Cardeal Humberto Medeiros, freguesia de Arrifes, promovida por Tracy Andrade Silva e Anacleto Sousa Massa Silva.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de delimitação da unidade de execução, nos termos requeridos.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

PONTO 4 – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 2016”

Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22674/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para ratificação, as minutas dos protocolos de delegação de competências – “contrato interadministrativo 2016”, a celebrar com cada uma das 24 freguesias do concelho.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, ratificar as minutas dos protocolos de delegação de competências.

PONTO 5 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – 128 M² – RUA DO MARANHÃO – FREGUESIA DE CAPELAS

Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22711/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação ao domínio público municipal, ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do art.º 25 do mesmo diploma legal, da área total de 128 m², a desanexar, respetivamente, 60 m² e 68 m² dos seguintes prédios: 1) prédio urbano sito na Rua do Maranhão, freguesia de Capelas, inscrito na matriz predial urbana 2106 (com proveniência em parte do artigo rústico 83, secção 009) e descrito na Conservatória de Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 1688/Capelas; 2) prédio urbano sito na Rua do Maranhão, freguesia de Capelas, inscrito na matriz predial urbana 2163 (com proveniência em parte do artigo rústico 83, secção 009) e descrito na Conservatória de Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 1386/Capelas.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da área supra mencionada.



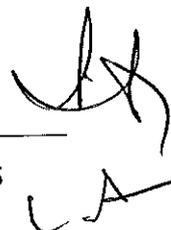
A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 6 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA DE 1.843,33 M² – CANADA DO CARRAPICHO - FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22713/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação ao domínio público municipal, ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do art.º 25 do mesmo diploma legal, da área de 1.843,33 m² a desanexar do prédio rústico sito na Canada do Carrapicho, da freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial urbana sob o Artigo 3730 (proveniente de parte do artigo 104, secção 001) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 2271/São Pedro.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da área supramencionada.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.

PONTO 7 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA DE 860 M² – SÃO GONÇALO - FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22714/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação ao domínio público municipal, ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do art.º 25 do mesmo diploma legal, da área de 860 m² a desanexar do prédio rústico sito em São Gonçalo, da freguesia de São Pedro, inscrito na matriz predial rústica sob parte do Artigo 114, secção 01 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 373/São Pedro

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da área supramencionada.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 8 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia lembrou a existência de duas listas, A e B, uma apresentada pelo PSD e outra apresentada pelo PS. Colocou à consideração dos membros presentes que ficasse considerada como Lista A a lista apresentada pelo PSD, a qual propõe José Manuel Resendes Leal como representante das Juntas de Freguesia no Concelho Municipal de Proteção Civil, e como lista B a lista apresentada pelo PS, e que propõe para representante o nome de André Filipe Machado Correia.

Não havendo oposição por parte dos presentes a esta proposta, procedeu-se ao sufrágio, por voto secreto, tendo sido apurados, após a contagem dos votos efetuada na presença de representantes de todos os grupos municipais, 27 votos para a lista A e 14 votos para a lista B.

Face aos resultados da votação, a Assembleia deliberou indicar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, José Manuel Resendes Leal, como representante das Juntas de Freguesia no Concelho Municipal de Proteção Civil.

PONTO 9 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL

Foi presente uma lista única, apresentada conjuntamente pelos grupos municipais do PSD e do PS, para a eleição dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de São Miguel, na qual se propunha os nomes da Senhora Deputada Alexandra Vitória Falcão Viveiros, do Senhor Deputado Ricardo Alberto Madruga da Costa e dos Senhores e Presidentes de Junta, Eusébio Massa e Rui Alexandre Sousa.

Após efetuado o sufrágio por voto secreto, foram apurados 36 votos a favor e 2 abstenções. Face a estes resultados, a Assembleia deliberou indicar como representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de São Miguel, Alexandra Vitória Falcão Viveiros, Ricardo Alberto Madruga da Costa, Eusébio Paulo Ferreira Massa e Rui Alexandre Barbosa de Sousa.

Pelas dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou interrompida a sessão para um intervalo de 20 minutos. Às dezassete horas e trinta minutos os trabalhos recomeçaram, seguindo a deliberação inicial de que, dada a natureza das matérias em apreço, os pontos 10 a 15 fossem debatidos em conjunto, sem prejuízo das respetivas votações serem realizadas separadamente e das deliberações que delas resultarem serem lavradas em ata separadamente. Em conformidade com esta decisão, será descrita na presente Ata a discussão havida para o conjunto dos seis assuntos mencionados, sendo depois os mesmos

apresentados, pela ordem que consta do edital, e registada a deliberação correspondente. Eventuais declarações de voto, apresentadas aquando da votação, serão transcritas a seguir à votação, ou anexadas à presente Ata, consoante seja pedido.

PONTO 10 a PONTO 15 – DISCUSSÃO

PONTO 10 - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2016

PONTO 11 – DERRAMA PARA 2016

PONTO 12 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2017

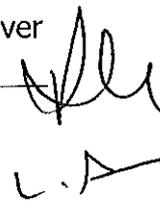
PONTO 13 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2016

PONTO 14 - ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA 2016

PONTO 15 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

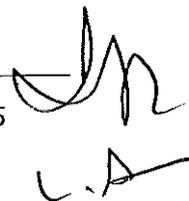
Abriu o debate sobre estes assuntos o Senhor Presidente da Câmara, declarando que acompanhava a opção de reunir os seis pontos num único período de debate, tendo-se disposto a fazer uma abordagem genérica, com as necessárias elucidações, apesar da suficiência da documentação.

Sendo este o terceiro orçamento apresentado por este executivo, e porque estamos no meio do mandato, observou, quis aproveitar para apresentar a linha de rumo seguida. Estamos num processo de continuidade, frisou, mas a continuação da mudança. Defendeu que o que está ser feito é uma organização orçamental que permite assegurar uma perspetiva que corresponde a um novo ciclo, num contexto de austeridade, de diminuição de receita, sem que seja opção contrapor a essa diminuição de receita uma sobrecarga fiscal. Essa opção, a ser tomada, penalizaria o normal funcionamento da economia, dado ser fundamental haver uma ponderação entre a receita e a despesa, fiéis ao princípio de mais do mesmo... porque o mesmo é bom. Procuramos introduzir nesta tónica, prosseguiu, a definição de um documento estratégico de Médio Longo Prazo, inclusive com recurso a um parceiro externo: a Sociedade Portuguesa de Inovação. Trata-se aqui, salientou, de promover



a sinergia das intervenções dos diferentes poderes. Respondendo à questão política de como é que se tem desenvolvido este mandato, realçou os fatores atitude e relacionamento, visando desenvolver um ambiente político em que não se verifique hostilidade entre a autarquia e o Governo Regional, através de uma disponibilidade permanente para o diálogo, sem prejuízo das diferenças, em torno de um objetivo comum. Ao nível das práticas políticas, destacou a descentralização, a coesão territorial, a participação democrática da cidadania, o respeito pela oposição, o diálogo social, a relação com os sindicatos. Defendeu a importância da definição de critérios, com transparência, equidade e responsabilidade, como por exemplo nos processos de atribuição de apoios financeiros aos agentes desportivos e aos parceiros sociais – e que se estenderão posteriormente também aos agentes culturais. Privilegia uma democratização da democracia, como a que está evidenciada no Orçamento Participativo de natureza deliberativa, em que se destaca a participação da cidadania. Sublinhou igualmente a modernização administrativa a decorrer na gestão de recursos, nomeadamente através da renovação do parque tecnológico, ao nível do *hardware* e do *software (open source)*. Destacou as melhorias no portal do Município, um espaço onde, apesar das justas críticas, tem havido um grande trabalho de aperfeiçoamento, bem como o recurso às redes sociais no relacionamento com os munícipes. Enunciou em seguida um conjunto de medidas e ações que considera representativas da estratégia de governança que tem vindo a ser seguida pelo atual executivo camarário:

- A atualização dos registos do património imobilizado, numa tónica de permanente modernização;
- A administração aberta e facilitadora, presente no projeto PDL total, a ser complementada com o PDL proximidade, num futuro próximo, para além da introdução do livro dos elogios, visando pró-atividade;
- A facilitação relativa ao atendimento telefónico dos serviços, a centralização da recolha de correspondência, a criação de segmentos de via verde para determinados assuntos e entidades, ainda em curso;
- A opção de rigor, transparência, independência e monitorização acompanhada da gestão financeira, nomeadamente através do ROC;



Handwritten signature and initials, possibly 'L.A.', located in the bottom right corner of the page.

- A opção pelo endividamento zero, com a reconfiguração do perfil de gestão a esse nível;
- O pagamento atempado aos fornecedores, o qual é efetuado a 11 dias, de acordo com os últimos registos;
- As prioridades de carácter social, por exemplo através da manutenção da empregabilidade, como se cumpriu com a empresa Ponta Delgada Social: 74 trabalhadores que foram mantidos;
- O acolhimento, pela via ocupacional, no âmbito do Programa Recuperar, da proposta feita pelo Governo de acolher trabalhadores, para além de outros programas mais sazonais;
- A honra na defesa dos direitos dos trabalhadores e da sua dignidade, por exemplo com a aplicação da remuneração complementar, levando a uma melhoria das condições remuneratórias;
- A oposição à solução legislativa dos horários de 40 horas, acompanhada de diligências e de uma posição concreta no sentido de chegar a acordo com os sindicatos para esse efeito – à exceção de uma entidade sindical que mais tarde veio também a subscrever o acordo;
- A otimização dos meios financeiros colocados ao serviço do desporto, através da aprovação das candidaturas sem necessidade de recurso a endividamento bancário, no respeito pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A prossecução de perfil de descentralização financeira, pautado pela regularidade e pela equidade e transparência, criando condições para os presidentes de junta poderem confiar na orientação da Câmara, sem contradizer a sua própria via – No período de 2013 a 2015, houve uma média de cooperação financeira de 1.286.600 euros, num total de cerca de 3.660.000 euros de relacionamento direto com as juntas de freguesia. Contando com o Orçamento para 2016, a ser hoje aprovado, esse valor atinge os 5.220.000 euros;
- O orçamento participativo, que envolveu, em 2015 e 2016, 500.000 euros para projetos com a participação das juntas de freguesia, correspondendo a mais de 30% da verba disponível para plano de investimentos, e que é um exemplo de descentralização que ombreia com o que de melhor se faz internacionalmente a este nível;



Handwritten signature and initials, possibly 'L.A.', located at the bottom right of the page.

- A sensibilidade prioritária para a solidariedade social, com destaque para o Fundo Municipal de Solidariedade Social, em que Ponta Delgada se afirma como uma autarquia pioneira;
- A redução do problema dos sem-abrigo, com as diferentes valências da Casa dos Manaias: além da refeição quente para os sem-abrigo e outras pessoas carenciadas, destaca-se a criação de espaços de convívio e criação artística no piso superior, dispondo inclusive de meios eletrónicos que permitem o contato de repatriados com familiares;
- O Projeto SOS Idosos, mediante um Protocolo com a Fundação da PT, que entregou os equipamentos para teleassistência;
- A gestão valorizada para uma educação apoiada, acompanhada, no Ensino Básico e também através da renovação e ampliação dos equipamentos escolares;
- A opção pela regeneração das existências, em vez da opção pelo novo e pelo abandono do antigo, envolvendo um investimento em Educação, desde 2012, de cerca de 10 milhões de euros, com destaque para as requalificações das Escolas: EB/JI Dr. Linhares Furtado, na Fajã de Baixo, EB/JI Livramento, no Livramento, EB/JI da Vitória, em São José, EB/JI do Ramalho, em Santa Clara, EB/JI da Matriz, em São Sebastião, EB/JI Eng.º José Cordeiro, nos Arrifes, só nestes exemplos envolvendo um investimento global na ordem de 7.340.000 euros. Além destas intervenções, foram realizados igualmente trabalhos de melhoramento e manutenção noutras escolas do concelho, tendo sido despendida ao longo destes anos, desde 2012, por administração direta com intervenções de beneficiação e requalificação em equipamentos escolares, juntamente com despesas de água e luz, uma verba superior a 2 milhões de euros;
- Ainda ao nível da Educação, o reforço de livros na rede de bibliotecas escolares, a distribuição de jornais, a micro-biblioteca, o Programa Ciência Divertida;
- No Ambiente, a renovação e *upgrade* das eco-ilhas, com recurso a uma reprogramação financeira que ainda será discutida na presente sessão;
- Na mobilidade urbana, o novo perfil do modelo de *Minibus* em constante aperfeiçoamento, com uma aposta na política pública de apoio em detrimento da contratação;



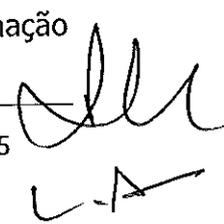
L.A.

- O estacionamento gratuito de proximidade, com destaque para o novo parque em frente ao Mercado da Graça e para o futuro parque na Rua de Santa Catarina;
- A oferta diferenciada de estacionamento para velocípedes, designadamente na Praia das Milícias;
- A aposta numa cidade digital e de comunicação, com a disponibilização de uma rede Wi-Fi 4G no centro histórico de Ponta Delgada e nas zonas balneares, e em relação à qual há uma boa perceção e um bom acolhimento, a provar que estamos na linha da frente nesta matéria;
- A plataforma digital *mobile*;
- A transmissão *online* da Assembleia Municipal e das reuniões da Câmara, dando nota da máxima transparência, e sendo uma solução também de proximidade;
- Na Economia, o inter-relacionamento com os empresários, por exemplo na programação das Noites de Verão, numa tónica de descentralização: uma janela de oportunidade com vantagens económicas para os empresários, que deu vida à cidade, apesar de haver também preocupação com o excesso de ruído, que está a ser avaliada para se encontrarem soluções;
- A organização de eventos-âncora de dinamização relevante, como o *PDL White Ocean*, que foi uma iniciativa pautada pelo sucesso, a festa da passagem de ano, juntamente com outros parceiros económicos, visando a dinamização da oferta turística na época baixa;
- A valorização das nossas praças e locais icónicos, como por exemplo, o Campo de São Francisco, as Portas da Cidade e as Arcadas, ou a Torre Sineira da Igreja Matriz, com trabalhos de conservação e pintura, e no caso das Arcadas, igualmente o afastamento dos vendedores ambulantes;
- A pressão da autarquia e da iniciativa cívica, no caso dos terrenos da Calheta, verdadeiros pontos negros ao nível da urbanização, sobre um problema para o qual há uma solução à vista, que passa pela entrada em funcionamento do Hotel e pela redução da volumetria da área comercial;
- A revalorização do Largo do Colégio, através da reutilização daquele espaço, com base numa proposta surgida a partir das propostas do Orçamento Participativo;
- O direito concedido aos partidos sem assento no executivo camarário para apresentação de propostas, no respeito pelo estatuto da oposição, apesar das

reclamações por parte do Bloco de Esquerda, devido aos prazos serem demasiado curtos – Por se tratar aqui apenas de um processo de audição para poderem ser dadas aporções, entende haver um erro de avaliação sobre esse momento. Ainda assim foi possível atender às preocupações e houve propostas que foram consideradas.

Relativamente à Receita, destacou a introdução do IMI famílias bem como a aplicação da taxa mínima legal, deliberada por unanimidade em reunião de câmara. Feitos os cálculos com base no Censos 2011, para um conjunto de 7.372 agregados com um filho, 5.201 agregados com dois filhos e 2.079 agregados com 3 ou mais filhos – adiantou que a redução de receita estimada ficará na ordem de 148 mil euros. Levado ao extremo, a redução poderá atingir 190 mil euros, ou seja, uma despesa social entre 148 mil e 190 mil euros. Da parte das empresas, com a manutenção da taxa da derrama existente, e com isenção para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros, prevê-se uma quebra na receita, a estimar com base na receita da derrama prevista para 2015, de 1.360.233,84 euros. No âmbito das Taxas Municipais de Direitos de Passagem, há também intenção de manter as taxas existentes, significando uma perda de receita de 29.381,57 euros. Realçou igualmente a manutenção de 5% para a participação variável no IRS, justificável pelo esforço financeiro de apoio às famílias já descrito, ao serviço de uma política pró-ativa de carácter social. Também sublinhou o facto de se manterem inalteradas as tabelas de taxas e licenças e da urbanização e edificação, indexando-se o aumento apenas à evolução do IPC nos Açores.

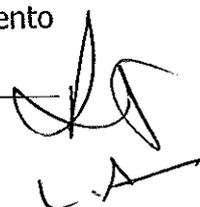
Do lado da despesa, entendeu dispensar-se uma introdução da sua parte, em virtude do documento ser suficientemente esclarecedor, mas não quis deixar de contestar a crítica recorrente pelos valores inscritos na rubrica "Outros", por se tratar, como já foi muitas vezes referido, de uma solução requerida pelo POCAL. Disponibilizou-se ainda assim para fornecer informação detalhada sobre essa matéria. Outra crítica injusta que quis aproveitar para refutar é a que é dirigida às verbas inscritas no âmbito do PAM que não têm declinação específica, e que muitas vezes se chama a atenção para o seu elevado valor, porque apesar de não terem uma designação



concreta, têm uma afetação efetiva, designadamente com combustíveis, encargos com instalações, pagamentos à AMISM – Resíduos Sólidos Urbanos, Iluminação Pública – só aqui com o valor de 850.000 euros, perfazendo um total 3.397.890 euros, e finalmente, as despesas com cobranças de receitas, na ordem dos 310.000 euros, que conferem com os 3.705.000 euros apresentados no PAM.

O Senhor Presidente da Junta de freguesia dos Ginetes pediu a palavra para elogiar o esforço patente na documentação apresentada, e para sublinhar a preocupação social, a transparência e o rigor refletidos nos documentos, bem como a importância institucional que é reconhecida às das juntas de freguesia. Louvou a política de descentralização, um esforço que espera que seja acompanhado pelo Governo Regional, tal como foi aprovado numa recomendação da Assembleia Municipal.

Pediu para se pronunciar sobre os temas em debate o Senhor Deputado André Carvalho, começando por defender que Ponta Delgada tem que se afirmar como um motor da economia, e continuar a ser o principal foco e bandeira desta região para o mundo. Para conseguir este foco de desenvolvimento e dinamização económica, prosseguiu, Ponta Delgada tem que ter um orçamento que permita ver refletido este objetivo nas Grandes Opções Estratégicas. Destacou ainda algumas melhorias relativamente ao ano anterior, como o apoio que é dado à Educação, tal como o apoio social, mas defendeu que além disto pouco difere e que era possível ser mais inovador e ir mais além. Assinalou em seguida algumas recomendações passíveis de seguir no futuro: auscultar as forças vivas do concelho, para aproveitar os seus contributos, e perspetivando este orçamento como uma oportunidade para se lançar um Fórum Económico e Social Municipal e uma incubadora de empresas sediada no centro da cidade; mais investimento em infraestruturas, apesar do que já foi feito, porque considera haver ainda espaço para o fazer, sobretudo nas freguesias mais distantes; a elaboração de uma carta de projetos e obras públicas, com os benefícios que daí adviriam para o desenvolvimento ao nível das infraestruturas no concelho. Falta também, neste orçamento, na sua perspetiva, um verdadeiro plano de dinamização cultural, tal como a criação de instalações de apoio à família, que fora já proposta pelo PS, tendo merecido na altura a abstenção do PSD com o argumento

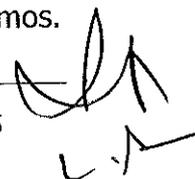


L.A.

de não estar inscrita no orçamento, e que agora poderia estar. Concluiu com a crítica de que o Grupo Municipal do PS desde a primeira hora fez propostas mas poucas foram aceites, apesar de se falar muito em diálogo.

O Senhor Deputado António Lima pediu para usar da palavra e começou a sua intervenção para esclarecer, em resposta à questão do direito de oposição, que foi contactado por carta no dia 21 de outubro, com um prazo de resposta manifestamente impossível de cumprir apesar do mesmo ter sido estendido até à reunião. Quanto ao IMI, releva a aplicação da taxa mínima, que já devia ter sido aplicada há mais tempo, e sobre o IMI familiar, apesar de reconhecer o impacto positivo que terá em muitas famílias, afirmou que o Bloco de Esquerda iria ainda mais longe. Relativamente à apresentação do Orçamento, lamenta que no Plano Plurianual de Investimentos tenham sido incluídos apenas os resumos e não a totalidade dos documentos, como aconteceu no ano anterior. Registou e saudou o facto de ter sido aceite a proposta do Bloco de Esquerda para o reforço do Fundo Municipal de Solidariedade Social em 40.000 euros, mas lamenta que se adiem várias obras no concelho, como por exemplo em escolas ainda com amianto e para as quais urge fazer a substituição de coberturas. Em relação aos transportes, sublinhou a necessidade de se encontrar uma solução para libertar a Av. Infante D. Henrique dos autocarros. Sobre o investimento na Cultura, admite que constitui uma mais-valia, embora não compreenda o aumento de quase 100% da verba para esta rubrica, passando para 421.000 euros. A concluir, deixou a crítica de que não houve avanços nas recomendações do Bloco de Esquerda aprovadas nesta Assembleia, nomeadamente quanto à recolha seletiva de RSU e às campanhas de sensibilização, o que denota ausência de uma visão de futuro reservando-se as intervenções apenas para período eleitoral, observou.

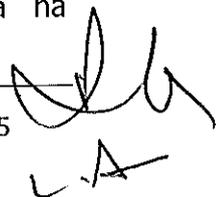
Na intervenção seguinte, a Senhora Deputada Maria da Conceição Arruda começou por reconhecer as dificuldades sempre existentes na elaboração dos documentos previsionais, por assentarem fundamentalmente em pressupostos contendo variáveis de difícil previsão e quantificação. Estas circunstâncias tendem muitas vezes à enveredar pela criação de problemas de falsa demagogia ou falsos pessimismos.



Considera tratar-se, no presente orçamento, de documentos transparentes, com pressupostos bem fundamentados, realistas e rigorosos, e dessa forma exequíveis e merecedores de apreciação. Apesar de não apontarem para o nível de investimento que seria desejável, permitem os resultados que se depreendem dos indicadores descritos e relativamente aos quais aproveitou também para fazer uma breve síntese. Assinalou que as propostas continuam a apontar para as pessoas como prioridade, sobretudo na Área Social e na Educação. Destacou ainda o facto de a provisão do PAM para 2016 estar ao mesmo nível da provisão inicial para 2015, relevando as transferências para as juntas de freguesia, que promovem a manutenção da injeção financeira nas economias locais. Realçou ainda a redução do endividamento, que possibilita, no âmbito do SEL, no caso extremo de necessidade de internalização, que se fique abaixo do limite mínimo legal de endividamento.

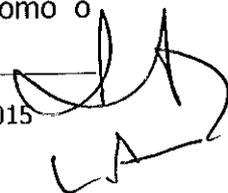
O Senhor Deputado Francisco Guedes pediu a palavra para fazer a abordagem de um tema específico: a relação da Câmara Municipal com as juntas de freguesia. Nunca é demais enaltecer a forma equitativa, ponderada e transparente visível na transferência das verbas para as freguesias, frisou. Saliou o facto de ter triplicado o valor das transferências e de ter sido implementado um novo modelo, mediante a distribuição mensal das verbas, com os respetivos relatórios de execução a apresentar pelos autarcas. Considerou ser este um bom exemplo a seguir pela Administração Regional, numa alusão à ausência de um relacionamento equitativo e ponderado por parte do Governo Regional, por se verificar que ainda não houve resposta a tantos e tantos requerimentos e protocolos, por parte das juntas de PSD, ao contrário do que acontece com as restantes juntas: de um total de 35 requerimentos, há a registar zero respostas, lembrou. Reafirmou a importância da distribuição de forma equitativa e racional de verbas, que são muitas vezes superiores à comparticipação do estado e que, sem este apoio, muitas freguesias asfixiariam.

Na intervenção que se seguiu, o Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa começou por registar a imagem que pôde ficar da ânsia de transparência da informação demonstrada pelo Senhor Presidente, resultando na demora na

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

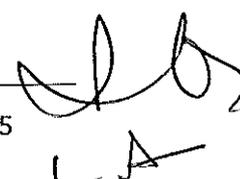
abordagem destes assuntos, mas por considerar importante, dispôs-se a sublinhar alguns aspetos e a deixar algumas notas à forma como são conduzidos os negócios da vida do município e que dizem respeito a todos os munícipes. Relativamente às audições com o direito de oposição, deu nota que a Câmara Municipal não está a fazer mais do que cumprir o que prometeu aos cidadãos, sendo este orçamento o resultado de uma audição que foi feita aos cidadãos de Ponta Delgada, ou seja, esta questão está na génese da democracia e nunca deve ser esquecida, afirmou, para além de existirem outros instrumentos de participação dos cidadãos: o Orçamento Participativo também é uma forma de audição das pessoas. Este Orçamento Participativo de carácter deliberativo foi pioneiro, consolidou-se e assim continuará, adivinhando-se que terá no futuro uma declinação específica para os jovens. Sobre a relação da Câmara Municipal com as juntas de freguesia também ela é um meio de participação das pessoas, embora funcione como um mecanismo financeiro a ser gerido pelas juntas de freguesia. Este instrumento é fruto de um diálogo, de uma audição participada que poderá ser sempre melhorada e confirmada, prosseguiu. A participação tem que ser um ato de sugestões, já a avaliação é feita aqui. Registou o tom da intervenção do Senhor Deputado André Carvalho, que foi feito numa tónica construtiva, apesar de discordar de algumas posições. E quanto às opções que foram rejeitadas, salientou que se trata de uma posição consciente, tendo em consideração as prioridades: é mais importante cuidar do que temos do que fazer coisas novas, advogou. O que interessa é saber se estamos no caminho certo. Porque há sempre mais para fazer. Como nota final, sublinhou a opção clara pelas questões de natureza social.

O Senhor Presidente da Junta da Candelária disse concordar com o que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Junta dos Ginetes sobre o rigor e a transparência da gestão municipal, relevando mais uma vez o relacionamento da Câmara com as Juntas de Freguesia e a transparência por que se tem pautado. A sua única preocupação, observou, é que se pretendam realizar obras de encher a vista para as pessoas quando na Candelária há novamente zonas em que se vive em situações lamentáveis. Quis reforçar por isso a chamada de atenção para as zonas de fora da cidade, reclamando abertura por parte da Câmara Municipal para obras como o



Ramal da Igreja, para além de outras pequenas obras, também importantes. Afirmou, a concluir a sua intervenção, que enquanto não forem satisfeitos estes anseios, apesar das já invocadas virtudes do Orçamento Participativo e de outros instrumentos, não poderá viabilizar este orçamento.

O Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu a palavra e começou a sua intervenção dando destaque à mudança de paradigma quanto aos investimentos que a presente crise acabou por possibilitar, relevando as vantagens de haver mais cuidado nas obras públicas, que antes eram feitas apenas para aproveitar fundos comunitários. Lembrou, a este propósito, as diretivas comunitárias que obrigam a que o investimento público tenha carácter reprodutivo, e acrescentou que a estratégia da Câmara Municipal de Ponta Delgada radica, entre outras medidas, na redução do serviço da dívida e no não recurso ao endividamento bancário. Saliou igualmente um conjunto de aspetos já aqui abordados, que não quis deixar de reafirmar: a redução para 11 dias do prazo médio de pagamento a fornecedores; o rigor e a transparência relativamente aos apoios e aos protocolos efetuados com as juntas de freguesia, lembrando que 3,5% do orçamento global está afeto a estes protocolos e ao orçamento participativo, não acontecendo o mesmo a nível nacional. Criticou também o facto de nenhum dos vários pedidos feitos ao Governo Regional pelas juntas de freguesia do PSD ter tido resposta, uma situação que considera absolutamente injustificável e inaceitável, até porque foi aprovado em junho um voto de louvor que ainda não foi levado à prática. Desafiou, sobre essa matéria, o líder do Grupo Municipal do PS para dê o seu contributo para se obter uma resposta. A terminar, relativamente à crítica de que não podemos ter bairrismos em Ponta Delgada, lembrou que por várias vezes já defendeu que é fundamental haver um consenso entre o Governo Regional e os vários executivos camarários, pelo que se regista aqui uma contradição. E quanto à criação de incubadoras de empresas anteriormente referida, também lembrou que já existe uma, no concelho da Lagoa, pelo que não devemos ter uma visão de "capelinhas", frisou. Dirigindo-se ao Senhor Deputado António Lima, referiu que não podemos ter memória seletiva, visto que na Presidência Dr.^a Berta Cabral houve uma proposta para construção de uma Central de Camionagem que teve a oposição do Bloco de Esquerda.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Em resposta, o Senhor Deputado António Lima esclareceu que a discordância do Bloco de Esquerda tinha que ver com o tipo de projetos, a localização e a parceria público-privada. A ideia é boa mas pode ser mal implementada, afirmou.

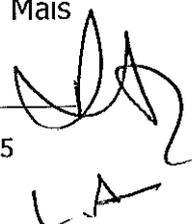
A finalizar o debate destes cinco pontos, o Senhor Presidente da Câmara lembrou que no orçamento dos SMAS há um aumento de 2 milhões de euros, sem que alguém tivesse abordado este tema. Reafirmou a sua convicção de que este orçamento é fundamental para a qualidade de vida da cidade e do concelho e adiantou que na possibilidade, não fica em causa o compromisso relativamente ao Ramal de que deu conta o senhor Presidente da Junta da Candelária.

Não havendo mais inscrições para fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou os pontos 10, 11, 12, 13, 14 e 15 à votação. Os resultados da votação serão incorporados na redação correspondente aos assuntos a que se referem, apresentados separadamente com as respetivas deliberações, conforme informado no início do debate destes pontos.

PONTO 10 - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2016

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 22001/2015, da Câmara Municipal, de 3 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos para 2016, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, nos termos que a seguir se descrevem:

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, determina no seu artigo 112.º, n.º 5, que compete ao Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar anualmente a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos, dentro do intervalo previsto na alínea c), do n.º 1 do referido artigo. Mais



Handwritten signature and initials, possibly 'L.A.', located at the bottom right of the page.

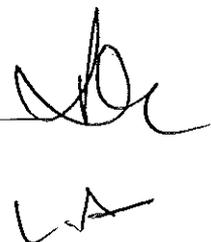
determina, no nº 13, do artigo 112º, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1.....	10%
2.....	15%
3.....	20%

O valor de referência proposto para a taxa a incidir em 2016 sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CMI é de 0,3%, sujeita à redução prevista nos termos e nas situações acima elencadas.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da taxa de 0,3 % para o Imposto Municipal sobre Imóveis do ano de 2016. Mais deliberou fixar a redução desta taxa para os agregados familiares, em função do número de dependentes, de acordo com o quadro apresentado.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.



PONTO 11 – DERRAMA PARA 2016

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 22005/2015, da Câmara Municipal, de 3 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de lançamento da taxa de derrama. O valor da derrama proposto para vigorar em 2016 mantém-se em 1,5% para a generalidade dos sujeitos passivos, isentando-se da referida taxa os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000 euros, ao abrigo do n.º 10 do artigo 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da taxa de 1,5 % de Derrama para o ano de 2016, bem como a proposta de isenção da referida taxa para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000 euros.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 12 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2017

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 22003/2015, da Câmara Municipal, de 3 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos relativos aos rendimentos do ano de 2016 na mesma percentagem do ano anterior, ou seja, de 5%.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos relativos aos rendimentos do ano de 2016 na percentagem de 5%.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

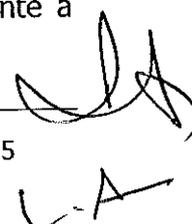
PONTO 13 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2016

Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22655/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de renovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2016, a ser fixada no valor máximo de 0,25%.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de renovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2016 no valor máximo de 0,25%.

PONTO 14 - ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA 2016

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 21997/2015, da Câmara Municipal, de 3 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atualização das Taxas Municipais para 2016 de acordo com o IPC Total nos Açores, nos termos do n.º 1 do art.º 9.º da lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, o qual prevê, relativamente à

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

atualização dos valores, que "os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação." Deste modo, por ter sido determinada em setembro de 2015 a taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC Total nos Açores em 0,82%, e considerando que no ano de 2015 as taxas aplicadas à generalidade dos regulamentos municipais se mantiveram sem aumento, a atualização proposta para vigorar em 2016 é de 0,82%.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de atualização das Taxas Municipais para 2016 em 0,82%, de acordo com a média dos últimos 12 meses do IPC Total nos Açores, determinada em setembro.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 15 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 21725/2015, da Câmara Municipal, de 30 de outubro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do disposto na al. a) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas subseqüentes alterações, e considerando ainda o art.º 29.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), os Documentos Previsionais e o mapa de pessoal para 2016 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, bem como o pedido de emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito

nas Grandes Opções do Plano 2016-2019, ao abrigo do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

O Orçamento global do Município acumula uma previsão de 46.281.081,00 euros (quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil e oitenta e um euros) dos quais 34.118.000,00 euros (trinta e quatro milhões, cento e dezoito mil euros) se reportam à Câmara Municipal e 12.163.081,00 euros (doze milhões, cento sessenta e três mil, e oitenta e um euros) se reportam aos Serviços Municipalizados.

Na proposta de Orçamento da Câmara Municipal, elaborada no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foi prevista uma receita total de 34.118.000,00 euros (trinta e quatro milhões, cento e dezoito mil euros) para uma despesa de igual montante, correspondendo a receita corrente ao montante de 30.257.359,00 euros (trinta milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove euros) a receita de capital ao montante de 3.860.641,00 euros (três milhões, oitocentos e sessenta mil, seiscentos e quarenta e um euros), a despesa corrente ao montante de 26.876.002,00 euros (vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, e dois euros) e a despesa de capital ao montante de 7.241.998,00 euros (sete milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e noventa e oito euros).

A proposta de Orçamento dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada prevê a receita total de 12.163.081,00 euros (doze milhões, cento sessenta e três mil, e oitenta e um euros) para uma despesa de igual montante, correspondendo a receita corrente ao montante de 9.855.557,00 euros (nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete euros), receita de capital ao montante de 2.307.523,00 euros (dois milhões trezentos e sete mil, quinhentos e vinte e três euros), e outras receitas ao montante de 1,00 euros (um euro) a despesa corrente ao montante de 8.224.393,00 euros (oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa e três euros) e a despesa de capital ao montante de 3.938.688,00 euros (três milhões, novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito euros).

Colocados à votação, em separado, os documentos previsionais e o mapa de pessoal para 2016 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a Assembleia deliberou, relativamente à Câmara Municipal, por maioria, com os votos a favor do PSD e Movimento Santa Clara Vida Nova, e os votos contra do PS e Bloco de Esquerda, aprovar os Documentos Previsionais para 2016 e o Mapa de Pessoal apresentado. Mais deliberou conferir autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito nas Grandes Opções do Plano 2016-2019.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar os Documentos Previsionais para 2016 e o Mapa de Pessoal apresentado. Mais deliberou, conferir igualmente autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito nas Grandes Opções do Plano 2016-2019.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

Pediram para apresentar declarações de voto, os Senhores Deputados António Lima, do Bloco de Esquerda, André Carvalho, do PS e Ricardo Costa, do PSD, em representação dos respetivos Grupos Municipais, as quais, tendo sido lidas na presente sessão, serão anexadas à presente Ata, dela fazendo parte integrante

PONTO 16 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Em cumprimento da deliberação camarária de 28 de outubro de 2015, foi presente o Ofício 22650/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à

Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem de águas residuais no Município de Ponta Delgada, remetida pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

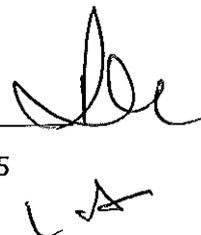
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

PONTO 17 - CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE ECO-ILHAS – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Atendendo a que o projeto do PPI 2013-I-4, na rubrica 0102/07011001, não contempla dotação para o ano de 2016 e que a referida reprogramação não se insere na autorização genérica concedida pelo órgão deliberativo nas suas sessões de 01/12/2014 e 30/06/2015, em cumprimento da deliberação camarária de 11 de novembro de 2015, foi presente o Ofício 22712/2015, da Câmara Municipal, de 13 de novembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, em conformidade com o art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emissão de autorização prévia para uma reprogramação financeira no âmbito do Concurso Público para a Aquisição e Montagem de Ecoilhas.

Esta reprogramação financeira traduz-se num aumento de 205.851,22 euros para o ano de 2016 e numa diminuição deste montante no ano 2015. O valor de 487.246,00 euros encontra-se inscrito no projeto 2013-I-4, rubrica 07.01.10.01 – Equipamento de recolha de resíduos, da Proposta dos Documentos Previsionais 2016-2019.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, emitir autorização prévia para a reprogramação financeira no âmbito do Concurso Público para a Aquisição e Montagem de Ecoilhas, nos termos e montantes propostos.



ARTIGO 46.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

Finda a apresentação, o debate e a votação dos assuntos inscritos na Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrado este período, e deu de imediato a palavra ao munícipe João Serafim Freitas, que havia requerido esse uso, nos termos do artigo 46.º do regimento da Assembleia Municipal que determina a possibilidade de participação do público. O assunto trazido à colação pelo Senhor João Serafim Freitas foi o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de Ponta Delgada. Começou por se reportar à situação que levou a que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião ameaçasse abandonar o seu cargo, face à anarquia que tem vindo a marcar negativamente a noite cidadina, decorrente da liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de diversão noturna. Defendeu que o Senhor Presidente da Junta deve continuar no cargo porque, sublinhou, Ponta Delgada precisa muito dele. Relativamente aos motivos da sua intervenção, reconheceu que se encontram já um pouco descontextualizados, tendo em conta uma breve conversa que teve sobre assunto, já na sala da Assembleia, com o Senhor Presidente da Câmara, e que lhe permitiu concluir que há incompatibilidade nas posições. Mas deu conta, ainda assim, da sua indignação, através da leitura de um texto elaborado para o efeito. Nele constatou que as alterações produzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 ao Decreto-Lei 48/96 no sentido de liberalizar os horários dos estabelecimentos vieram causar transtornos aos munícipes, e que os legisladores, conscientes desse risco, decidiram deixar aos órgãos municipais o dever de optar pelos seus regulamentos em função dos casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, criticou, apesar das queixas apresentadas, a Câmara de Ponta Delgada continua sem fazer nada, sem dar resposta às queixas numa atitude de falta de respeito para com o munícipe, que denota falta de democracia e que para a autarquia a saúde e o bem-estar das populações não conta como principal virtude, apesar de ser sabido que a poluição sonora é o principal motivo para a perda de saúde. A finalizar, deixou duas perguntas: 1) Para quando o regulamento sobre o funcionamento destes

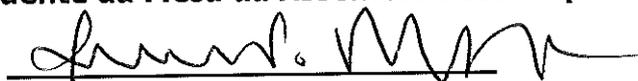
estabelecimentos. 2) Para quando uma explicação para o facto de na Rua de Valverde, que é uma via com três acessos e sinal de sentido proibido, estarem carros estacionados durante todo o dia e aos fins-de-semana durante toda a noite.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar e responder às questões colocadas pelo senhor João Serafim Freitas. Depois de observar que iria passar ao lado da componente emocional, daquele que é um prejuízo pessoal e de negócio concreto, o Senhor Presidente da Câmara distinguiu entre o que é a defesa do interesse do munícipe, à qual reconhece legitimidade, e a defesa do interesse geral da cidade e do município que compete ao Presidente da Câmara, para esclarecer que quando não é possível conciliar o interesse pessoal com o interesse geral, a Câmara tem que fazer prevalecer sempre a ponderação do interesse geral e do concelho aliado a uma boa gestão da ordem pública e do direito do descanso. Quanto ao passado, dispensa-se ao contraditório, porque os factos e o enquadramento está acautelado por via das entidades fiscalizadoras. Já no que se refere ao futuro, que é o que é importante, a sua postura pessoal e do executivo camarário não será influenciável por pressões individuais ou da comunicação social, pelo que a solução não será tomada a partir de ângulos/perspetivas pessoais do problema, afirmou. Em qualquer caso, o quadro jurídico atual é o horário livre, e se o legislador sabia que isso ia causar problemas não tinha disposto o que dispôs. A opção foi de uma mudança de paradigma, deixando a liberdade às autarquias, perante problemas concretos, comprovados, para analisar casos pontuais, e sempre que for possível aplicar uma regulamentação restritiva. Mas há que distinguir, ressaltou, os problemas do foro municipal, como o excesso de ruído, de problemas de ordem criminal, como o vandalismo e a desordem na via pública, que compete à Polícia fiscalizar. Por essa razão a insistência é inadequada, refletindo um erro de petição ao dirigir-se à Câmara, quando para uma grande parte da queixa deveria dirigir-se à Polícia, que é a entidade que tem competências em matéria de ordem pública. Finalmente, no que diz respeito ao estacionamento, informou que a responsabilidade do Município se circunscreve à orientação do tráfego, embora sob o ponto de vista político, e até pessoal, acompanhe a preocupação. Não se pode, no entanto, agir sob esse prisma, dado o

enquadramento legal em que se deve situar o problema. A posição de cidadania não significa uma posição de autoridade, afirmou. A autarquia está a gerir o interesse público e acompanha a preocupação, mas a intervenção terá que ser realista, associada a uma eventual ação policial ou mesmo uma alteração do comportamento cívico, concluiu.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que foi assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Francisco Rêgo Costa

O Relator



Luís Manuel Pereira Ascenso

ANEXOS

- Votos de pesar, votos de louvor e de congratulação e moções (por ordem de inscrição e votação);
- Declarações de voto ao Ponto 15 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
- Recomendação subscrita pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de São Sebastião, São Pedro, São José e Santa Clara relativa à criação de um serviço de *Minibus* Expresso.

Handwritten signature in black ink, consisting of stylized initials and a surname.



Aprovado por
unanimidade
26.11.2015
[Handwritten signature]

Rui Guilherme Pacheco Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, renunciou ao seu mandato por razões de saúde que o impediam de prosseguir com o cabal desempenho das suas funções.

Rui Guilherme Pacheco, para além de um conceituado cidadão deste concelho e desta Freguesia de São Pedro, foi sobretudo homem do povo, como era designado, um autarca íntegro e sábio em que moderava as suas decisões pela sua longa experiência de vida que possuía, sendo um exemplo de dedicação à causa autárquica desde o início da restabelecida democracia, passando por todos as hierarquias dos órgãos autárquicos da freguesia, desde membro da Assembleia, tesoureiro, secretário até ao seu mais alto desempenho de Presidente de Junta de Freguesia para que foi eleito no último sufrágio.

Homem experiente e dedicado, e afável, dedicou anos da sua vida em prol da causa pública, nunca recusando participar em direções de organizações desportivas, sociais e religiosas da sua tão amada freguesia, sendo-lhe reconhecido mérito como desempenhou de forma apaixonada, imparcial e abnegada as funções de que lhe estavam confiadas.

Para quem com ele trabalhou e com ele partilhou bons e maus momentos da vida autárquica, só pode inferir que motivos de força maior o poderiam levar a esta renúncia.

Louvamos por isso o seu espírito de serviço público.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, do presente voto de Louvor e que o mesmo seja dado a conhecer ao louvado.

Ponta Delgada, Passos do Concelho, 26 de Novembro de 2015

o primeiro subscritor

[Handwritten signature of Francisco José Guedes]

Francisco José Guedes

[Handwritten initials]



Ricardo por unanimidade

26. de Setembro

Voto de Louvor

O investigador açoriano Ricardo Silveira Cabral, natural de Ponta Delgada, recebeu este mês o prémio IBM Portugal.

A cerimónia dos 25 Anos do Prémio Científico IBM foi realizada na Fundação Champalimaud, em Lisboa e o jovem Ricardo Cabral, que trabalha na Apple e já esteve ao serviço da Google, recebeu o prémio das mãos do Presidente da República.

Esta é mais uma prova de que a atividade, a produção e o conhecimento científicos são parte integrante do tecido empresarial português, com benefícios para a criação de riqueza e de emprego.

Esta é, também, uma prova de que os jovens açorianos estão cada vez mais qualificados, contribuindo, de forma indelével, para o desenvolvimento de áreas tão importantes como a Ciência (no caso presente).

O jovem Ricardo Silveira Cabral está de parabéns pelo sucesso alcançado, provando que a educação e a formação são, indiscutivelmente, os pilares fundamentais para uma sociedade mais próspera, equitativa e coesa.

Ponta Delgada orgulha-se do feito alcançado por Ricardo Silveira Cabral, que acaba de receber um prémio inédito em toda a IBM e destacado pela sociedade científica portuguesa.

Esse galardão distingue o contributo de trabalhos de investigação na área das Ciências da Computação e das Tecnologias da Informação no país. Apela ao desenvolvimento de soluções inovadoras que procurem responder aos desafios da sociedade e, assim, contribuir para um mundo melhor.



O investigador Ricardo Silveira Cabral é doutorado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo programa conjunto entre o IST e a Carnegie Mellon University (CMU), pelo seu trabalho no âmbito da computação cognitiva e da visão computacional.

Considerando ser uma grande honra para Ponta Delgada o facto de Ricardo Silveira Cabral ter recebido o conceituado prémio que a IBM Portugal atribui há 25 anos;

Considerando ser um orgulho que um jovem investigador de Ponta Delgada passe a figurar junto dos projetos premiados, de cientistas com impacto mundial;

Considerando ainda o meritório trabalho que o mesmo tem vindo a desenvolver na área da computação cognitiva, com possíveis aplicações na forja;

Considerando, por último, que através do seu trabalho desenvolvido na área da visão computacional, com o título "Unificação de modelos low-rank para problemas de aprendizagem visual", o açoriano micalense tem contribuído para a aproximação entre os computadores e os humanos.

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada manifesta através deste Voto o seu louvor pelo prémio recebido por mais este açoriano que se destaca a nível internacional, fazendo aprovar o mesmo e dele dando conhecimento à família

A 26 de novembro de 2015,

O Grupo Municipal de PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Gilberto Araújo Rodrigues
Sérgio Afonso

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Apud pr memoria

26. 11. 2015

Voto de pesar

Faleceu, subitamente, em outubro último, Marco Silva, advogado e vogal do Conselho de Deontologia dos Açores da Ordem dos Advogados para o triénio 2014/2016.

Tinha apenas 45 anos de idade.

Marco Silva nasceu a 22 de Janeiro de 1969.

Licenciou-se a 20 de Janeiro de 1995 pela Universidade de Coimbra.

Inscreeveu-se como advogado a 17 de Fevereiro de 1997, exercendo em Ponta Delgada e no Nordeste.

Foi deputado desta Assembleia Municipal, eleito pelo PSD/Açores, durante dois mandatos e era conhecido pela sua irreverência e pela sua acutilância.

Marco Silva foi ainda dirigente da JSD/Açores e da JSD nacional, assim como do PSD Açores.

A sua paixão pela política era de todos conhecida e o seu pensamento ideológico também.



Considerando que Ponta Delgada perdeu um jovem e promissor advogado;

Considerando que Marco Silva foi deputado desta Assembleia Municipal durante dois mandatos;

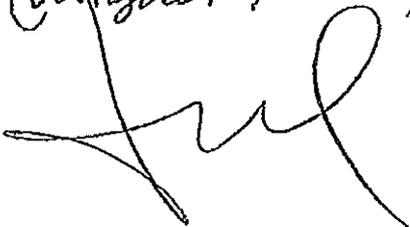
Considerando ainda que foi acérrimo defensor da democracia.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Pesar pela morte do advogado Marco Silva.

Deste voto será dado conhecimento à família

Ponta Delgada, 30 de novembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Fernando António Manuel Almeida




aprovado por unanimidade
26.11.2015



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Congratulação

Já na sua 25ª edição e considerado o mais importante galardão em Portugal na área das Ciências da Computação e das Tecnologias da Informação, o Prémio IBM foi atribuído ao açoriano Ricardo Silveira Cabral, de 29 anos, investigador do Instituto de Sistemas e Robótica do Instituto Superior Técnico em Lisboa e doutorado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores. O trabalho desenvolvido por este jovem cientista insere-se na «área da visão computacional com grande impacto em aplicações nas áreas da robótica, arquitetura, realidade virtual, navegação e mapeamento do território» e foi atribuído a este cientista «pela qualidade e rigor matemático do trabalho, bem como pelo potencial já demonstrado na aplicação em problemas de classificação de objetos em imagem com pouca supervisão», citando o próprio Instituto.

Filho de Ricardo Viveiros Cabral, médico dentista e vice-presidente da Assembleia Legislativa Regional, e de Maria Manuela Cabral, responsável pelo Laboratório de Análises do INOVA, o jovem Ricardo trabalha actualmente na Apple, tendo já colaborado com a *Google Lightfield* em Seattle, no desenvolvimento de técnicas de visão computacional para o *Google Maps*; com a *Industrial Light and Magic* de George Lucas em São Francisco, onde desenvolveu efeitos especiais para a indústria cinematográfica, nomeadamente para o filme “Os Vingadores”; e recebido o prémio de excelente desempenho académico em 2008 por um sistema de transmissão de vídeo para as Olimpíadas de Londres 2012. É membro do *Human Sensing Lab* e do projecto *PrintART*, cujo objectivo é desenvolver e fornecer a Artistas e Historiadores de Arte ferramentas de visão computacional.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação a Ricardo Silveira Cabral, dando deste voto conhecimento ao próprio e família como forma de reconhecimento e congratulação pela distinção alcançada.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 26 de Novembro de 2015

P'los Deputados Municipais



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

apud f memoranda
26.11.2015


VOTO DE CONGRATULAÇÃO À EBI ARRIFES PELA CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

"A HORA DO CÓDIGO"

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Caros Membros do Executivo e Membros da Assembleia Municipal,

"A inovação numa região, num país, e até numa escola, só se concretiza quando os seus responsáveis acreditam e interiorizam a inovação como parte integrante de um modelo de desenvolvimento, e não apenas como um acessório."

Estas palavras foram proferidas por uma das professoras de informática da Escola Básica Integrada de Arrifes responsáveis pela concretização, desde o início do corrente ano letivo, de um projeto que todos devemos considerar atualmente um imperativo educacional: referimo-nos ao projeto "A Hora do Código", dirigido aos alunos dos 5º e 7º anos letivos.

A introdução à programação informática, através do ensino de código nas nossas escolas, confere aos alunos uma importante ferramenta de raciocínio lógico, estratégico e criativo na produção do pensamento através da Ciência da Computação, com reflexos positivos não só na própria competência digital, como também no processo de aprendizagem no geral.

Ao repto lançado pelo Programa ProSucesso no âmbito da promoção do sucesso escolar, a EBI Arrifes respondeu - em grande nível - com um projeto que enfrenta, da forma mais positiva, a importância da competência digital no mundo globalizado. Um projeto que lançará a semente de futuros profissionais de elevada empregabilidade - estima-se a necessidade de milhares de empregos direta ou indiretamente relacionados com a Ciência da Computação na Europa, nos próximos anos. Este impulso está ser dado aos nossos alunos, no nosso concelho, por uma Escola nossa. Congratulemos.

Ao concretizar o ensino de código programático aos nossos jovens, a EBI de Arrifes segue também ao encontro da componente de ensino vertida na Agenda Digital e Tecnológica do Governo dos Açores, na Agenda Portugal Digital e na Agenda Digital para a Europa. Saudemos a proatividade desta nossa Escola.

É importante que entendamos e abracemos a evidência de que a linguagem programática é a língua do futuro - aquela na qual convergem todas as nações - e é essencial que dotemos os nossos mais jovens com as competências necessárias para que, neste contexto, estejam entre os mais fluentes.






Assembleia Municipal de Ponta Delgada

São as nossas crianças que têm hoje 10 anos que poderão assegurar – dentro de poucos anos – que o concelho de Ponta Delgada se afirma como território proficiente na área digital e como berço – esperemos – de futuros feitos relevantes na ciência da computação.

Isto só se consegue preparando-os desde cedo, e é isso mesmo que a EBI de Arrifes está a fazer, sendo de elementar justiça que esta Assembleia se una num voto de congratulação a esta escola do concelho, escola pioneira, na Região, no ensino da programação a partir do 5º ano letivo.

Assim sendo, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação pela implementação do projeto “A Hora do Código” na Escola Básica Integrada de Arrifes, dando deste voto conhecimento ao Conselho Executivo da Escola e aos professores Joana Lopes, Nuno Massa e Sónia Nicolau como forma de reconhecimento pelo papel educativo pioneiro que desempenham ao serviço do concelho de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, Paços do Concelho, 26 de novembro de 2015

P'lo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Lisa Garcia
André de Oliveira

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



aprovado por unanimidade
26.11.2015
[Handwritten signature]

SA
G.
#

Voto de Saudação Pela atribuição do “Prémio Ciência Viva 2015” ao Doutor Armindo Rodrigues

O Investimento em Ciência tem sempre impacto económico positivo, acabando mais cedo ou mais tarde, em conhecimento aplicado, com benefício para a qualidade de vida e conforto do ser humano. Muitas das vezes, os maiores culpados do desconhecimento por parte do grande público relativamente à importância da investigação científica são os próprios investigadores que, ao fecharem-se nas suas “torres de marfim” universitárias e empresariais, pouco contribuem para o cabal esclarecimento das razões pelas quais os financiadores das suas Investigações – ou seja, todos nós, eleitores e contribuintes deste país – devem investir em Ciência.

Em parte, a raridade de bons divulgadores de Ciência e Tecnologia reside no facto de, em Portugal, a divulgação científica não ser devidamente valorizada na actual carreira académica ou de investigação. Por outro lado, são muito poucos os cientistas que são capazes de conjugar na mesma pessoa a vertente de investigação com a componente de divulgação. Felizmente há excepções a este panorama. Um destes raros cientistas reside entre nós e é o objecto deste Voto de Saudação.

No passado dia 23 de Novembro, no Auditório José Mariano Gago, no Pavilhão do Conhecimento, Parque das Nações, em Lisboa, foi atribuído ao Doutor Armindo Rodrigues, Professor do Departamento de Biologia da nossa Universidade dos Açores, o Prémio Ciência Viva Media 2015, distinguindo o projecto *UACiência*, uma parceria entre a Universidade dos Açores, a Revista Açores Magazine (suplemento dominical do jornal diário mais antigo do país e com maior tiragem nos Açores, o Açoriano Oriental) e a Rádio Comercial Açores/Açores TSF.

[Handwritten signature]
1
[Handwritten mark]



SA
G.
#

O Projecto *UACiência* nasceu em Janeiro de 2012, aquando do exercício do cargo de Pró-Reitor para a Gestão e Investigação Científica por parte do homenageado. Com periodicidade quinzenal desde essa data, portanto prestes a fazer 4 anos de existência, foram já publicados no jornal Açoriano Oriental cerca de 90 artigos de divulgação científica e tecnológica escritos por investigadores de todas as Unidades Orgânicas da Universidade dos Açores, sob coordenação do Professor Armindo Rodrigues, assim cumprindo o primordial objectivo de divulgar junto da sociedade açoriana a Ciência que se produz nesta universidade. A partir de Janeiro de 2015, o projecto tornou-se ainda mais ambicioso, aliando aos quinzenais artigos na imprensa escrita, entrevistas radiofónicas conduzidas pela jornalista do Açoriano Oriental, Dra. Ana Melo, e pelo Professor Armindo Rodrigues, e transmitidas com periodicidade também quinzenal na Rádio Comercial Açores/AçoresTSF. Este programa, com a duração aproximada de 20 minutos, é divulgado aos sábados e tem repetição às terças-feiras, intercalando com os fins-de-semana da rubrica escrita *UACiência* na Revista Açores Magazine. Em cada programa há um Cientista Convidado que fala sobre a sua área de investigação e, em particular, sobre os seus trabalhos ou projectos mais recentes, privilegiando-se a exploração, sempre em linguagem acessível, da sua actividade de investigação e da importância dos seus resultados para a sociedade.

A atribuição do Prémio Ciência Viva nos Media reconhece precisamente o trabalho de mérito excepcional desenvolvido pelo projecto *UACiência* na divulgação da Ciência e Tecnologia em órgãos de comunicação social portugueses. O mérito excepcional do projecto ora premiado assenta num trabalho continuado e sustentado de comunicação de ciência; no facto de possuir reconhecida qualidade científica e comunicacional e de atingir uma grande abrangência de públicos; na diversidade de temas, autores e áreas científicas abordadas; e por último, ter uma dinâmica de expansão e crescimento, expressa na junção da imprensa escrita com a transmissão radiofónica. Atrevemo-nos mesmo a sugerir ao Professor Armindo Rodrigues que falta dar somente mais um passo e passar a ter um programa na RTP-Açores. Fica feito o desafio!


2



Este magistral esforço continuado de produção e edição de conteúdos científicos, só possível através de um trabalho de coordenação excepcionalmente dedicado e eficaz, merece sem dúvida o nosso aplauso e acaba de ter o reconhecimento nacional através da atribuição deste prestigiado prémio.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Saudação pela atribuição do "Prémio Ciência Viva 2015" ao Doutor Armindo Rodrigues, autor e coordenador da rúbrica *UACiência*. Fazemos este Voto extensível à jornalista Dra. Ana Melo, bem como ao jornal Açoriano Oriental e Rádio Comercial Açores/AçoresTSF.

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao Professor Armindo Rodrigues, ao Director do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, ao Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, à jornalista Dra. Ana Melo, ao jornal Açoriano Oriental e à Rádio Comercial Açores/AçoresTSF.

Ponta Delgada 26 de Novembro de 2015

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de P. Delgada

- Sérgio Avelar
- Gilberto Rodrigues
- João Araújo


3. A



www.psdacores.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Sessão de 2015.11.26

Ponto 15 – Documentos Previsionais 2016/2019 da Câmara Municipal de Ponta Delgada e Serviços Municipalizados

DECLARAÇÃO DE VOTO

O orçamento traduz a afetação dos meios disponíveis à concretização do programa político que foi apresentado pela candidatura do Partido Social Democrata aos órgãos autárquicos do Concelho de Ponta Delgada.

Expressa, por isso, as escolhas que o PSD nunca se recusa a fazer e que concretiza tendo, neste caso, em consideração os interesses do Concelho, que não se resumem às ambições datadas do tempo presente, aquele em que vivemos, ou ao conjunto dos interesses, mesmo que coletivos, dos cidadãos.

Respeitamos as gerações vindouras e as suas ambições, razão pela qual nos mantemos firmemente comprometidos com a sustentabilidade do Município, recusando o, sempre fácil e egoísta, caminho do endividamento.

Respeitamos profundamente as regras da democracia, razão pela qual olhamos e tratamos todos os cidadãos de forma equitativa e independente das escolhas políticas e partidárias a que todos todos têm direito enquanto cidadãos. As escolhas defendem a saudável respiração da sociedade, concedendo espaço à participação direta dos cidadãos, às suas organizações e instituições do Estado que estão próximas das pessoas.

Neste quadro sublinhamos a consolidação do Orçamento Participativo, ao lançamento de uma versão jovem do mesmo e à persistência da delegação de competências nas Juntas de Freguesias, que ficam com liberdade para gerir os fundos que lhes são disponibilizados.

As escolhas são, ainda, escolhas de verdade, porque feitas com rigor e fidelidade às promessas. De verdade, também, porque assumidas com transparência e destinadas a guiar o futuro e não a iludir o passado.

São, finalmente, escolhas enquadradas com o tempo que vivemos, decididas pelas pessoas e para elas, revestindo-se, assim, de uma profunda preocupação social.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Grupo Municipal do Partido Socialista

Os orçamentos municipais, os respetivos planos de atividades e os planos plurianuais de investimento constituem-se como instrumentos de suprema importância para atingir um propósito que, em última instância, será o desenvolvimento integral e sustentável de todo o município.

O Grupo Municipal do Partido Socialista reafirma, como anteriormente, que o Orçamento Municipal para 2016, deve estabelecer como prioridades a dinamização económica do Concelho e desta forma fomentar a criação de emprego, o apoio às famílias, às associações, às empresas e às Juntas de Freguesia, sem minimizar a importância das dimensões ambientais e culturais. Indo desta forma ao encontro do definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020 para Ponta Delgada.

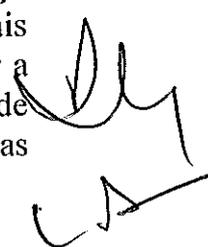
Como primeira nota os Deputados Municipais do Partido Socialista propõem que no futuro possam existir rondas prévias de auscultação das forças vivas do Concelho com vista à sua pronúncia sobre os documentos previsionais da autarquia, de forma a criar um documento mais ajustado às reais necessidades do Concelho e aglutinador das diversas realidades existentes.

Ao nível da dinamização económica, e considerando que Ponta Delgada tem a obrigação de se afirmar como o mais importante polo de dinamização económica da Região, o Partido Socialista considera que este Orçamento deveria lançar as bases para a criação do Fórum Económico e Social Municipal e desta forma promover a concertação e o trabalho em rede entre os principais agentes das diversas áreas que operam no Concelho.

Este orçamento contempla algum, embora pouco, investimento em infra-estruturas e melhoramentos, desta forma PS mantém a pretensão de que a Autarquia elabore uma Carta Municipal de Projectos e Obras Públicas, contribuindo para que todos os intervenientes disponham de um instrumento que permita às empresas que operam no Concelho um melhor planeamento e gestão dos seus recursos.

Ao nível da cultura neste orçamento e no plano de investimento não se vislumbra um plano claro de dinamização cultural do concelho e da Cidade, concertado com todos os intervenientes, Juntas de Freguesia e Associações Culturais, com todos os benefícios que este traria ao nível da atracção turística e dinamização do Concelho.

No âmbito dos apoios sociais, o Partido Socialista, regista o esforço orçamental que foi empreendido, sendo uma dotação mais ajustada às atuais necessidades dos munícipes, contudo verifica-se a necessidade de proceder a uma revisão do processo de atribuição dos apoios às Instituições de Solidariedade Social, definindo critérios mais justos e que incorporem todas



as realidades das mesmas, desde a sua relevância social até à sua capacidade de gerar receitas próprias.

O Partido Socialista considera que este Orçamento, apesar de conter aspectos positivos, sobretudo ao nível social, não corresponde às prioridades que defendemos para o Concelho e a Cidade de Ponta Delgada.

É necessário um maior esforço de convergência política da parte da maioria face às diversas propostas apresentadas ao longo dos últimos dois anos e em concreto para este Documento.

O Grupo Municipal do Partido Socialista lamenta que o Sr. Presidente não se recorde de alguns compromissos, nomeadamente no que diz respeito ao “Orçamento Participativo Jovem”, ou faça tabua rasa de uma proposta de recomendação para a criação de “Instalações de Apoio à Família” feita na Assembleia Municipal de 28 de Abril de 2015, e que foi aprovada por maioria, com abstenção do Grupo Municipal do PSD, com a única justificação de não estar presente no orçamento de 2015, mas e citando “(...) *esta é uma questão que tem acolhimento da parte do PSD, e traduz, inclusive, uma preocupação partilhada*”.

É de lamentar igualmente que a proposta efetuada para a criação de um “Percurso Ciclável e Pedonal” compreendido entre a Sede do Clube Naval de Ponta Delgada e a ETAR situada no início da Avenida do Mar, esteja a ser sempre equacionada num projeto mais alargado com outros moldes e outro tipo de intervenção pelo segundo ano consecutivo.

Continuamos a apelar para que o Sr. Presidente traduza na prática aquilo que apregoa nos seus discursos sobre a nova forma de fazer política.





DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 15 da Agenda de Trabalhos – Documentos previsionais 2016-2019 da Câmara Municipal de Ponta Delgada e Serviços Municipalizados

Reconhecemos Documentos previsionais 2016-2019 da Câmara Municipal de Ponta Delgada e Serviços Municipalizados algumas melhorias em relação a anos anteriores, nomeadamente no reforço do Apoio Social que incluiu uma proposta apresentada pelo BE, sinal que é reconhecida a necessidade, há muito identificada pelo BE, de apoios de sociais urgentes e direccionados para famílias atiradas para a pobreza ou nela pela crise e pela austeridade.

No entanto, o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos apresentados não correspondem àquilo a que o BE considera serem as necessidades do concelho. O executivo decidiu adiar para 2017 investimentos urgentes em infraestruturas, principalmente em escolas, sendo que alguns destes, por lei têm de estar concluídos até 2019.

Continua a não existir, para o concelho e para a cidade, uma estratégia e uma visão para a mobilidade sustentável, que, por um lado, coloque o transporte público colectivo como alternativa real e vantajosa ao transporte particular - algo que passa, entre outras medidas, pela existência de um verdadeiro terminal

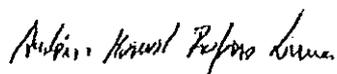
rodoviário em Ponta Delgada - e por outro implique que o investimento previsto na rede viária contemple a criação de ciclovias e passeios pedonais. Continuamos a defender a criação de corredores verdes que potenciem a utilização e fruição do espaço público pelos munícipes, melhorando a qualidade de vida.

Em falta fica também uma aposta num plano de dinamização cultural que vá para além das grandes festividades e que sejam implementadas recomendações aprovadas nesta Assembleia ao longo dos anos, como a recolha selectiva de resíduos porta-a-porta e a rede municipal de hortas urbanas que estão permanentemente em estudo ou esquecidas.

Por estas razões e porque a Câmara Municipal deve ter um projecto para o concelho com políticas públicas que ousem uma mudança de paradigma com vista a um desenvolvimento sustentável, harmonioso e onde reina a justiça social o BE vota contra os presentes documentos.

Ponta Delgada, 26 de novembro de 2015

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda



António Lima



Juntas de Freguesia de São Sebastião, São Pedro, São José e Santa Clara –

Concelho de Ponta Delgada

*em nome de
Ao Senhor Presidente
da Câmara Municipal*

Recomendação: Criação Mini-Bus Expresso

*para a fim de
entender convenientemente*



A contratação do *Serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros em Ponta Delgada* sofreu alterações substanciais, relativamente aos anteriores contratos promovidos pelo Município de Ponta Delgada, nomeadamente no que concerne ao traçado dos circuitos de cada linha, às paragens e à frequência daqueles circuitos.

As alterações acima referidas visaram a promoção de uma melhoria no serviço prestado neste concelho, adaptando os circuitos e paragens às reais necessidades dos munícipes e daqueles que circulam na cidade de Ponta Delgada.

De acordo com os números apresentados pelo atual cocontratante, o serviço atual apresenta um aumento significativo do número de passageiros, que em algumas linhas ascende a 38% se compararmos por exemplo o mês de abril e o mês de maio, do presente ano, ou seja o último mês em que esteve em vigor o anterior modelo e o primeiro mês do contrato que procedeu às alterações do modelo de prestação do *Serviço Transporte Coletivo Regular de Passageiros em Ponta Delgada*.

Ainda que os números falem por si, assiste-se também a uma maior satisfação da população em geral, não só porque os trajetos, agora em vigor, melhor se adaptam às suas necessidades, mas também porque os circuitos se tornaram mais céleres, reduzindo-se o tempo de espera e aumentando em cerca de 20 o número de circuitos por dia nas três linhas.

Ora, os signatários louvando-se nesta análise aos circuitos em vigor, não pretendem propor alterações aos mesmos, que devem prosseguir com a sua eficácia.

No entanto, entendemos que vale a pena acrescentar ao bom serviço prestado uma mais valia, em jeito de "Expresso", para necessidades concretas e devidamente quantificadas, quer quanto às paragens, circuitos e horários.

Na verdade, sem adular, acrescenta-se serviço à mobilidade e à população sem alternativa de locomoção.

Assim, os Presidentes de Junta das freguesias de São Sebastião, São José, São Pedro e Santa Clara, todos da cidade de Ponta Delgada, recomendam ao Município a criação de um serviço de Transporte Coletivo Regular de Passageiros Expresso, serviço este distinto do atual, com



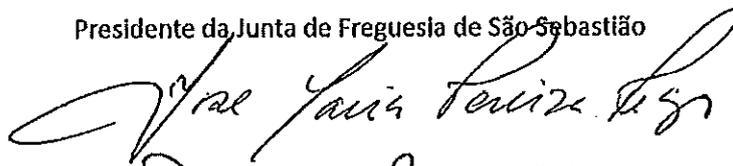
características que visam atender em especial a população com dificuldade de mobilidade, composto por dois circuitos, contemplando já a necessidade futura de deslocação ao novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, com uma periodicidade de três períodos diários, considerados os necessários a fazer face à locomoção daquela população, promovendo a sua autonomia e com isso a sua qualidade de vida. Tudo de forma autónoma e diferenciada em relação ao sistema em vigor, pelas 3 linhas devidamente especificada nos anexos.

Deve-se aproveitar o valor do tarifário e títulos de viagem praticados no contrato em vigor, que se mostram adequados e proporcionais aos circuitos acima descritos, facilitando também o custo da emissão de novos bilhetes por um lado, e por outro lado facilitando os utentes, que não terão de lidar com diferentes bilhetes e diferentes preços.

Assim, recomenda-se à Câmara Municipal de Ponta Delgada que este serviço seja garantido com a maior brevidade possível, por forma a fazer face às necessidades prementes daquela população.

Ponta Delgada, 23 de Novembro, de 2015

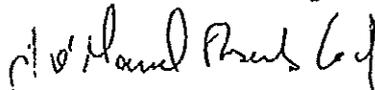
Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião



Presidente da Junta de Freguesia de São José



Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro



Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara



MINI BUS DE PONTA DELGADA

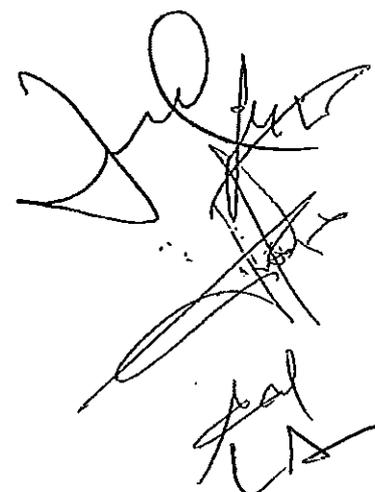
Expresso Novembro 2015:

Expresso A:

- Praça Vasco da Gama (1 paragem)
- Av. Infante D. Henrique (1 paragem)
- R. Teófilo de Braga (1 paragem)
- 1ª R. de Santa Clara (2 paragens)
- Av. Príncipe do Mónaco (1 paragem)
- Rotunda da Autonomia
- R. de Lisboa
- R. Dr. Filipe da Cunha Álvares Cabral (1 paragem)
- Av. Antero de Quental
- R. do Palol
- R. do Lajedo
- Bairro Arcanjo Lar (1 paragem)
- Hospital do Divino Espírito Santo (Rotunda do Centro de Saúde) (1 paragem)
- Hospital do Divino Espírito Santo (zona das Visitas) (1 paragem)
- R. da Juventude (1 paragem)
- R. Manuel Amaral (1 paragem)
- R. Coronel Silva Leal (1 paragem)
- R. 6 de Junho
- R. Marquês da Praia e Monforte
- Praça Vasco da Gama

Expresso B:

- Praça Vasco da Gama
- Av. Infante D. Henrique (1 paragem)
- Campo de S. Francisco
- Av. Roberto Ivens
- R. Tavares Resendes (1 paragem)
- Av. Antero de Quental (1 paragem: Jardim António Borges)
- R. de São Joaquim
- R. José Jácome Correia
- R. José do Canto (1 paragem)
- R. São Gonçalo (1 paragem: zona Norte Universidade)
- R. Hugo Moreira (1 paragem)
- R. da Mãe de Deus (1 paragem)



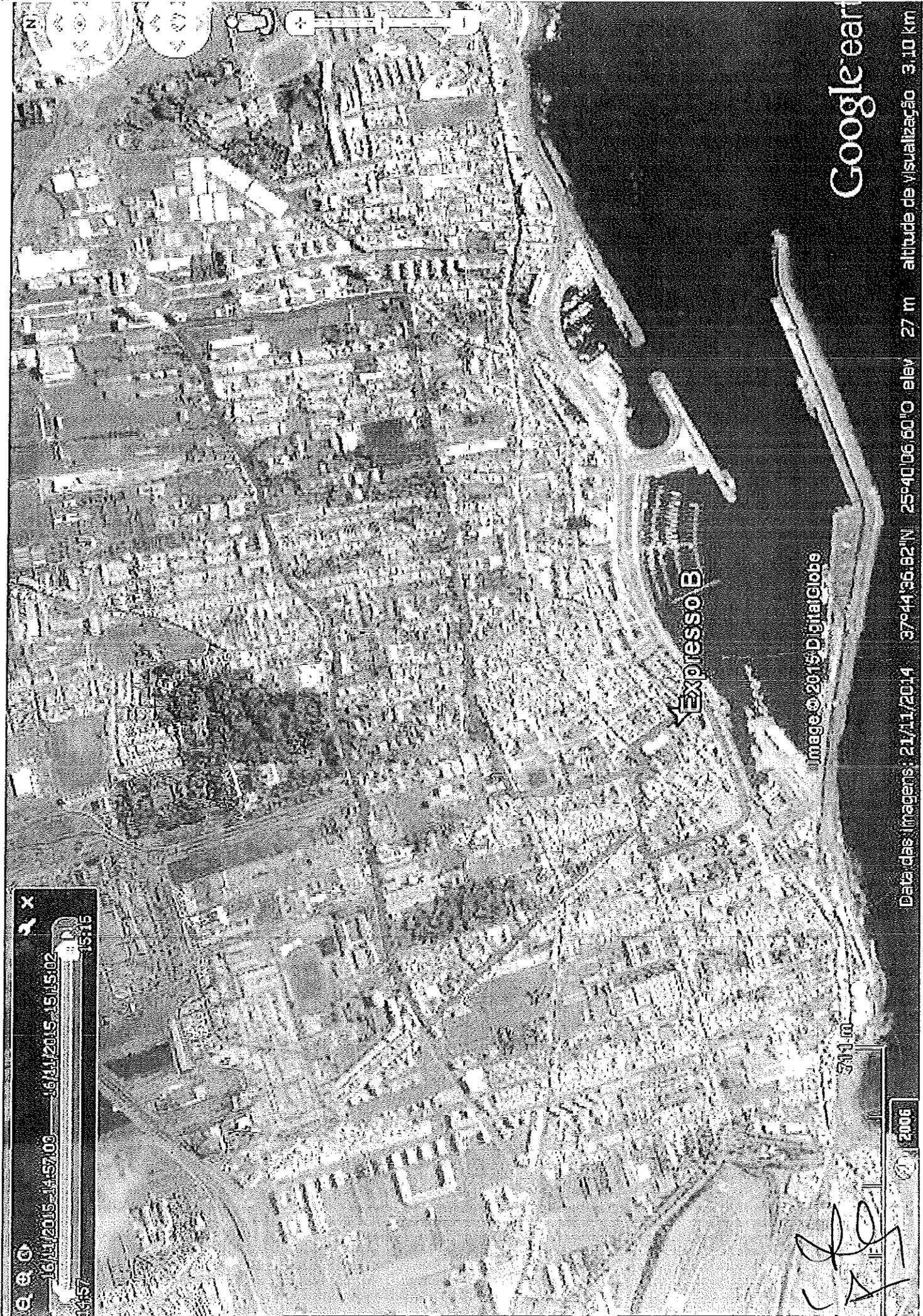
- R. Margarida Chaves
- R. Dr. Guilherme Poças Falcão
- Largo do Colégio (1 paragem)
- R. Dr. Aristides Moreira da Mota
- R. Coronel Silva Leal (1 paragem)
- R. 6 de Junho
- R. Marquês da Praia e Monforte
- Praça Vasco da Gama

Horários:

Expresso	Horário		Duração
- Expresso A	8:30	9:00	2 Horas
- Expresso B	9:00	9:30	
- Expresso A	9:30	10:00	
- Expresso B	10:00	10:30	
- Expresso A	11:30	12:00	3 Horas
- Expresso B	12:00	12:30	
- Expresso A	12:30	13:00	
- Expresso B	13:00	13:30	
- Expresso A	13:30	14:00	
- Expresso B	14:00	14:30	
- Expresso A	16:30	17:00	3 Horas
- Expresso B	17:00	17:30	
- Expresso A	17:30	18:00	
- Expresso B	18:00	18:30	
- Expresso A	18:30	19:00	
- Expresso B	19:00	19:30	



Handwritten signature and initials, possibly 'LA'.



16/11/2015 14:57:09 16/11/2015 15:15:02
14:57 15:15

Expresso B

Image © 2015 DigitalGlobe

311 m

2006

Data das Imagens: 21/11/2014 37°44'36.82"N 25°40'06.60"O elev 27 m altitude de visualização 3.10 km

Google Earth

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.



Google earth

Expresso A

Imagem © 2015 DigitalGlobe

Data das imagens: 20/11/2014 37°44'41.41"N 25°40'34.66"O elev: 44 m altitude de visualização: 3.91 km

16/11/2015 14:53:06

771 m

2005



